LEIA, ASSINE E AJUDE FINANCEIRAMENTE "A CLASSE OPERÁRIA"

A CLASSE OPERÁRIA

ORIENTE-SE POLITICAMENTE, LENDO TÔDAS AS SEMANAS "A CLASSE OPERÁRIA"

ANO II — RIO DE JANEIRO, 26 DE JULHO DE 1947 — NÚMERO 83

PELA UNIÃO DE TODOS OS DEMOCRATAS CONTRA O GOLPE DO GRUPO FASCISTA!

A "Lei Frankestein - Dutra - Costa Neto" veio demonstrar que o ódio da ditadura se dirige contra todas as correntes políticas, contra todos os patriotas interessados na defesa das Liberdades Democráticas

O projeto de lei de exceção que a ditadura pretende seja aprovada pela Câmara veio confirmar o que sempre temos dito: o grupo fascista do govêrno, sob o pretexto de combate ao comunismo, quer de fato liquidar completamente a democracia em nossa Pátria.

A "lei tarada" é uma ameaça a qualquer democrata, sem exceção. Isto é uma realidade já constatada por elementos de todos os partidos politicos e pela maioria da imprensa.

Aliás, devemos convir que a "lei de segurança" da ditadura tem um efeito positivo: alertar todo o nosso povo, todos os democratas, todos os patriotas contra a consumação de um hediondo crime, que seria a completa liquidação da Constituição de 18 de Setembro e a eliminação das restantes liberdades democráticas.

Não seriam somente os operários os sacrificados pelo bando fascista, embora fôssem as suas primeiras vitimas. As próprias classes dominantes ficariam à mercê do terror policial. Os trabalhadores perderiam o direito à estabilidade, mas os patrões passariam à categoria de funcionários de um monstruoso aparelho policial, procurando ver em cada empregado um "elemento perigoso" que deva ser entregue a uma "gestapo".

O projeto de lei enviado ao Parlamento pelo govêrno revela que o grupo fascista chegou ao auge do desespêro, ante a impossibilidade de levar a cabo seus sinistros planos de consolidação da mais odiosa ditadura. Depois de fechado o Partido Comunista, não tem vacilado em recusar o uso das liberdades democráticas fundamentais a todos os democratas, investindo indistintamente contra elementos de quaisquer partidos politicos, ou contra jornais desta ou daquela corrente, fechando hoje um diário da UDN em Alagôas ou cassando o mandato de um senador pelo PSP.

Isto, não há dúvida, revela desespêro, revela fraqueza do grupo fascista do govêrno, mas denuncia, também, a gravidade da situação a que chegamos.

E se constatamos que o grupo fascista por si só é fraco, está isolado, não tem base política segura, devemos indagar de onde vem o estimulo que leva a ditadura a golpes audaciosos como este com que ameaça todo o nosso povo. Está claro que êsse estimulo, essa força aparente, vem do capital financeiro mais reacionário, do imperialismo norte-americano, vitalmente interessado neste momento na posse das nossas jazidas de petróleo e das nossas minas de ferro, interessado na liquidação da nossa indústria e na dominação do nosso mercado.

A luta contra a "lei tarada" está, portanto, indissolúvelmente ligada à luta pela defesa da nossa soberania politica e da nossa autonomia econômica. Esta luta interessa fundamentalmente a todos os patriotas e democratas. Devemos regosijar-nos com a compreensão deste fato por parte da maioria da imprensa e dos parlamentares, desde que foi publicado o projeto da ditadura. E um indício da possibilidade de união, a mais ampla, de todas as forças democráticas contra a desordem que o grupo fascista procura implantar.

Essa união será facilitada e terá maiores possibilidades de vitória na medida em que soubermos, simultâneamente, desmascarar implacavelmente os traidores da causa democrática, os falsos democratas, como Juraci Magalhães ou Cirilo Junior, que usam a palavra democracia para mais fàcilmente dissimularem sua condição de lacaios do imperialismo a serviço do grupo fascista do govêrno. Mas êsses senhores e demais capitulacionistas aprenderão que as palavras sonoras não os escudarão do ódio do povo, que justamente na prática da vida politica irá aprendendo a distinguir os verdadeiros democratas dos democratas de fachada.

Cabe-nos, neste momento, lutar efetivamente, pràticamente, pela união contra os novos golpes armados pela ditadura.

Mais do que nunca os campos estão definidos: de um lado, os democratas e patriotas, de todas as correntes politicas, sem quaisquer distinções: do outro, o bando fascista ditatorial. Os senhores da ditadura e seus sustentáculos dizem claramente aonde querem chegar: à extinção do Congresso, da liberdade de palavra, ao estrangulaemnto da imprensa, ao terror fascista. Os democratas e patriotas dispomos das armas necessárias para deter e derrotar o bando fascista: a organização das massas e da luta de massas contra os objetivos da ditadura, através de uma ampla frente unida, sem olhar diferenças politicas ou ideológicas, religiosas ou filosóficas.

Desta luta depende o futuro do nosso povo, a própria vida da Nação. E um momento decisivo para a democracia e a liberdade, este que vivemos hoje. Temos o dever de honrar as grandes lutas dos nossos antepassados pela democracia pela liberdade e pelo progresso. O sangue dos nossos irmãos sacrificados na guerra contra o nazismo não foi derramado em vão, mas para que sobrevivêssemos como um povo livre e independente.

O Povo Brasileiro Exige Uma Prestação de Contas Sôbre os Nossos Saldos

Quando terminou a guerra, a existência de grandes saldos na balança comercial brasileira era motivo de satisfação geral. E Prestes, o mais vigilante e clarividente dos patriotas, já no seu primeiro discurso em praça pública, a 23 de maio de 1945, mostrava o que se devia fazer com êsses saldos: deixar de comprar bugigangas e importar, utilizando os dólares e as libras que acumulamos no exterior, material ferroviário, navios, máquinas para a indústria.

Agora, porém, desapareceu inteiramente aquela euforia em tôrno dos saldos. Embora nunca ninguém chegasse a saber exatamente a quanto montavam êsses saldos, o fato é que hoje se sabe o seguinte: os dólares se esgotaram quase inteiramente e as libras continuam «congeladas», sem que o govêrno inglês se disponha (longe disso!) a libertá-las de acôrdo com as nossas conveniências.

Em que se gastaram os dólares?

E' disso que a ditadura Dutra deve prestar contas ao povo brasileiro. E' sôbre isso, que a bancada comunista, vigilante na defêsa dos interêsses do povo brasileiro, pediu informações ao Ministério da Fazenda, em requerimento apresentado à Câmara Federal, no dia 18 do corrente.

O Ministério da Fazenda, entregue a um insaciável banqueiro, obstruirá, certamente, a prestação de informações. Mas o povo sabe que os dólares não foram gastos em máquinas para a indústria nacional, mas para a importação de mil e uma quinquilharia, das latas de leite condensado aos artefatos de matéria plástica. O escândalo, entretanto, não fica somente nisso. A bancada comunista, no seu requerimento, pede informações inclusive sôbre o seguinte: «Se o Banco do Brasil e outros bancos forneceram câmbio a emprêsas estrangeiras, nos últimos doze meses, para transferência de fundos além das percentagens legais

(Conclui na 7.ª pág.)

A Lei de Segurança da Ditadura E' Uma Declaração de Guerra Contra o Povo

ORIGEM E FINS DA MAIS RECENTE PROVOCAÇÃO DO GRUPO FASCISTA — SUA APROVAÇÃO SERIA A COMPLETA ESCRAVIZAÇÃO DO NOSSO PAÍS PELOS POLICIAIS DE PEREIRA LIRA E ALCIO SOUTO, EM BENEFÍCIO DOS IMPERIALISTAS DA WALL STREET

E' realmente bem dificil encontrar um adjetivo apropriado para o projeto de «lei de segurança» que o grupo fascista da Ditadura acaba de enviar à Câmara Federal. O melhor é conhecê-lo, reconhecer suas origens e seus fins, claros ou ocultos, desmascará-lo e contra êle organizar e mobilizar as grandes massas do povo.

A uma leitura mesmo superficial o projeto se revela como a mais audaciosa tentativa do grupo fascista do govêrno para «legalizar» a ditadura e consolidá-la. Visa, sob a máscara de combate ao comunismo, submeter o nosso povo à tirania mais bárbara, mais odiosa, comparável somente à tirania nazista sôbre os povos europeus. No entanto, isto acontece em nosso país, em 1947, dois anos depois da vitória dos povos amantes da liberdade sôbre o fascismo, para a qual contribuimos com o nosso sangue e sacrifícios imensos. O grupo fascista tem o topete de passar por cima de uma das melhores conquistas democráticas do nosso povo — a Constituição de 18 de setembro — para tentar instaurar no país uma tirania mais ignominiosa do que qualquer regime colonial. Da primeira à última linha, o projeto de lei de segurança é uma declaração de guerra contra o nosso povo.

Os itens 7, 8, 9, 10 e 11 do artigo 2.º do projeto da ditadura fornecem as armas essenciais para a implantação do terror com métodos fascistas, pois significam a abolição completa das mais elementares liberdades asseguradas pela Constituição. Significam a morte do Parlamento e a entrega do poder supremo do país à policia-política. E tudo isso mascarado com a «defesa do regime», a «segurança do Estado» e outras expressões que o Estado Novo desmoralizou, servilmente copiadas hoje por Dutra e seus asseclas.

Pelos itens citados, qualquer pessoa que tiver contra si o ódio de um policial poderia ser caçada e condenada a dezenas de anos de prisão. Qualquer cidadão poderia ser encarcerado sem remissão sob a simples acusação de «tentar» organizar ou reorganizar uma sociedade ou clube considerado «clandestino».

Quanto às condenações pelo que a policia considerasse «propaganda», a lei de exceção prepara uma armadilha da qual ninguém conseguiria livrar-se. Eis o item 11 do artigo 2.º da lei de exceção:

«Fazer propaganda, por qualquer meio, de entidades dissolvidas ou suspensas por fôrça de disposição legal, entendida também como propaganda a posse, a guarda ou depósito de boletins, panfletos ou publicações, em qualquer quantidade. Pena — reclusão de um a seis anos.»

Isto significa a mais completa falta de segurança individual e coletiva. Para que um cidadão ou tôda a sua família seja preso até por seis anos, será suficiente que um provocador policial introduza um boletim considerado «subversivo» sob a porta de sua residência. E o Estado Novo, com leis muito mais «benévolas», já nos ensinou o quanto é elástico o conceito de «propaganda subversiva», proibindo a publicação, venda ou posse de qualquer livro cujo autor considerasse «revolucioário», «perigoso ao regime». Não só as obras marxistas eram retiradas das livrarias e até das bibliotecas. Chegou-se ao cúmulo de queimar volumes que nada tinham a ver com o marxismo, e entre êles uma inocente «História Universal» de H. G. Wells e um livro do professor Anisio Teixeira, hoje secretário de Educação do govêrno da Baia.

Não fica aí, porém, a lei de exceção da ditadura Dutra. Seus

(Conclui na 7.ª pág.)

Mr. Snyder e dois assuntos: Aço e Petróleo

Antes da segunda guerra mundial, afirmava-se que a imprensa francesa, em sua quase totalidade, era a mais venal do mundo e que a ela somente a imprensa brasileira podia ser comparada.

A imprensa brasileira, de então para cá, prosseguiu, com raras exceções, no mesmo caminho, aperfeiçoando as suas ligações com os fornecedores estrangeiros de subsídios. A imprensa popular surgiu, por isso mesmo, como uma coisa nova, que alarmou os reacionários: não podiam conceber os reacionários, no quadro da imprensa brasileira, que surgissem e se fortalecessem jornais independentes, diretamente financiados pelo povo, defendendo, com intransigência, os interêsses nacionais.

O «plano Truman» constituiu um «test»: a quase totalidade da imprensa brasileira bateu palmas, antevendo gordos subsídios, ao tempo em que jornais conservadores do Uruguai, Argenina, Colâmbia e outros países se manifestavam energicamente contra os objetivos ianques.

Agora, o «caso Snyder» é outro «test»: somente a «Tribuna Popular», na imprensa carioca, denunciou, com energia, os objetivos da visita do secretário do Tesouro dos EE. UU. Os demais jornais, com «O Globo» e os «Diários Associados» na vanguarda, selecionaram os seus melhores elogios para tão ilustre representante da Wall Street.

O povo, entretanto, não é ingênuo e compreende os fatos. E um dêsses fatos é que a ditadura Dutra, para todos os problemas econômicos do país, tem apenas uma solução: servir-se da ajuda do capital financeiro ianque, a quem acabará, como é dos seus planos, por entregar completamente as riquezas do Brasil.

Se se trata da gricultura, o «salvador» é Mr. Nelson Rockfeller, com os seus planos de plantação de cereais em granjas-modêlo, criação de porcos, etc., para dominar o mercado

(Conclui na 7.ª pág.)

A Diplomacia Do Dólar Nos Paises Da América Latina

Por ANATOLI GEORGUEIEV
(do "IZVESTIA")

A imprensa dos paises americanos nos ultimos tempos se ocupa das dificuldades com que tropeçam os meios monopolistas dos Estados Unidos na aplicação de sua politica pan-americanista. Muitos comentaristas chamam a atenção para o fato de que desde que terminou a guerra não se conseguiu ainda realizar nenhuma conferência interamericana, embora se tivesse anteriormente projetado convocá-las ainda em outubro de 1945 (referimo-nos à Conferência dos Chanceleres do Hemisfério Ocidental, que deveria reunir-se no Rio de Janeiro). E' indiscutivel que a demora na celebração da Conferência de Chanceleres dos paises americanos é algo sumamente sintomático, e, entretanto, não é senão uma manifestação externa de processos mais profundos que ... as relações de após-guerra entre os Estados Unidos e os paises latino-americanos.

A politica aplicada pelos Estados Unidos na América Latina, durante a guerra e no periodo subsequente, sofreu sérias modificações, cujo sentido pode ser determinado concisamente como abandono do caminho — a seu tempo proclamado por Roosevelt — das relações de boa-vizinhança e como reinicio da tradicional "diplomacia do dólar". No entanto, deve-se frisar que a atual diplomacia do dólar possui um caráter que a distingue essencialmente daquela, por exemplo, dos tempos de Teodoro Roosevelt e de Taft.

Se em principios do século XX, a expansão ianque se orientava somente para alguns paises do continente americano e a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos dêsses Estados podia revestir um caráter local, hoje os Estados Unidos visam objetivos diferentes, incomparávelmente muito mais amplos. Seu propósito é impôr a hegemonia norte-americana sôbre todos os paises do Hemisfério Ocidental. Por outro lado, a expansão ianque é posta em prática sob a hipócrita bandeira das "possibilidades iguais", a intervenção nos assuntos domésticos dos paises latino-americanos se apresenta como uma "ajuda" à luta dêsses paises contra o perigo do "totalitarismo" e do "comunismo", e nos atentados contra a independência nacional dos Estados em questão se dá a forma de uma "colaboração inter-americana".

Aproveitando-se de todos os meios possiveis, os Estados Unidos se apoderam paulatinamente dos paises latino-americanos. Não obstante, os atuais inspiradores da diplomacia do dólar, apesar de tôdas as suas argúcias pseudo-democráticas, encontram em sua politica imperialista uma crescente resistência dos povos latino-americanos, que intensificam a luta pela sua emancipação e sua independência.

No transcurso da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ampliaram sensivelmente sua esfera de influência na economia dos paises latino-americanos. Em primeiro lugar, se apoderaram das posições antes ocupadas pelos paises do "Eixo" fascistas e, em segundo lugar, deslocaram consideravelmente a Inglaterra e outros competidores europeus. Isolados de fato dos mercados externos durante a guerra, os paises da America Latina viram-se forçados a orientar fundamentalmente seu comércio exterior para os Estados Unidos. Em 1944 o volume das exportações dos Estados Unidos para os paises latino-americanos (concluidos os fornecimentos sob a lei de "Empréstimo e Arrendamentos") superou em 50 porcento o nivel de 1938, ao mesmo tempo que a importação procedente dêsses paises aumentava em 115 porcento. Durante a guerra, a parte correspondente aos Estados Unidos na importação dos paises da América Latina cresceu de 39.5 porcento para ... porcento, enquanto que da parte da Grã-Bretanha se reduziu no ... periodo de 11,3% a 3,5%. Segundo a pitoresca expressão de alguns economistas, verificou-se uma "norte-americanização" do comércio exterior dos paises do Hemisfério Ocidental.

... da guerra, os Estados Unidos se dedicaram a consolidar sua situação quase monopolista nos mercados da América Latina. Na imprensa e na literatura econômica dos Estados Unidos (sobretudo na recopilação recentemente publicada sob o titulo de "O posto da América na economia mundial") pode encontrar-se com frequência a afirmação de que o crescimento do comércio entre os Estados Unidos e a América Latina contribui para a prosperidade dos paises latino-americanos. Mas a realidade não é esta, absolutamente. No seu desejo de garantir um amplo acesso a suas mercadorias nos mercados latino-americanos, os Estados Unidos se esforçam por obter uma diminuição das tarifas alfandegárias. Isto não quer dizer que os Estados Unidos tenham por objetivo satisfazer as exigências de mercadorias que escasseiam tremendamente nos paises latino-americanos, sobretudo no que diz respeito a máquinas e instalações. Sôbre isto, deparamos com uma situação verdadeiramente paradoxal: os paises da América Latina acumularam durante a guerra grandes reservas de ouro (quatro bilhões e trezentos milhões de dólares), mas agora não podem invertê-las de forma proveitosa para êles. A politica comercial ianque nos paises latino-americanos quer ter mercados seguros para a exportação norte-americana, sem preocupar-se em absoluto com os interêsses dos referidos paises; é uma politica que dificulta o crescimento da indústria nacional dos mesmos paises.

A politica ianque de créditos é estruturada sôbre a mesma base. Tomemos como exemplo a atividade do próprio Banco de Importação e Exportação. (Terminada a guerra, êste Banco ampliou consideravelmente suas operações, já que o limite de seus créditos foi aumentado para 3 bilhões e 500 milhões de dolares), contra 700 milhões de antes da guerra) O Banco não emprega de forma alguma os créditos para "elevar o nivel dos povos atrasados", como dizem os apologistas da "diplomacia do dólar". Utiliza êsses créditos como instrumento de ação sôbre a vida econômica dos paises latino-americanos em proveito dos Estados Unidos. Quando concede um crédito, o Banco impõe, regra geral, condições que não podem ser consideradas senão como uma intervenção nos assuntos internos dos paises latino-americanos. Entre essas condições figura, por exemplo, o direito do Banco controlar a colocação da soma concedida dentro do pais, determinar as mercadorias que podem ser adquiridas com os créditos concedidos e até a exigência de certas concessões a companhias norte-americanas. Em julho de 1946, a revista norte-americana "Newsweek" informava, por exemplo, que o Banco de Importação e Exportação havia negado duas vezes o pedido do Chile de conceder-lhe um empréstimo de 30 milhões de dólares para incremento da exploração de jazidas petrolíferas recentemente descobertas. A causa da recusa era que o govêrno chileno se havia negado conceder a exploração das referidas jazidas à Standard Oil.

Nos Estados Unidos se escreve profusamente que o capital ianque contribui para o desenvolvimento industrial dos paises latino-americanos. Mas a realidade é muito diferente. Os monopolistas dos Estados Unidos tratam de fomentar os ramos de produção que correspondem a seus interêsses como exportadores. Por outro lado, se opõem por todos os meios ao progresso dos ramos que podem concorrer com a indústria norte-americana. Não é por acaso que as emprêsas que o capital ianque levante nos paises latino-americanos se dedicam à produção de artigos semi-manufaturados. Os monopolistas ianques procuram circunscrever a indústria dos paises latino-americanos à fabricação de artigos semi-manufaturados, que devem ser importados pelos Estados Unidos para sua venda posterior, já como mercadorias acabadas, àqueles mesmos paises e a preços elevados.
to a penetração do capital ianque na
Depois da guerra, acentuou-se mui-
economia dos paises latino-americanos. Contribuindo, na aparência, para o desenvolvimento industrial dos paises latino-americanos, as companhias ianques se apoderam de ramos inteiros da produção dêsses paises. As firmas norte-americanas monopolizaram quase completamente a extração do cobre no Chile e a metade da extração do estanho da Bolivia; a Standard Oil obteve a concessão para explorar metade das riquissimas terras de petróleo do Paraguai.

Assim invocando o principio das "possibilidades iguais", os poderosos monopólios ianques avassalam e submetem os pases latino-americanos.

Se analisarmos detidamente a politica aplicada atualmente pelos Estados Unidos nos paises latino-americanos, não é preciso grande esfôrço para chegar à conclusão de que seu instrumento principal volta a ser a diplomacia do dólar. E' sabido, por exemplo, que os Estados Unidos apoiam, há muito tempo, a ditadura reacionaria de Morinigo no Paraguai. Há fatos comprobatórios de que o apoio não é, absolutamente, desinteressado. O govêrno paraguaio concedeu às companhias ianques o monopólio da exploração da zona petrolifera do Chaco, e concluiu um acôrdo de comércio e navegação sumamente vantajoso para os Estados Unidos.

Não é, portanto, de admirar que, quando em março dêste ano estalou no Paraguai uma insurreição contra o regime de Morinigo, os Estados Unidos tenham prestado a êsse regime tôda sorte de ajuda, fornecendo-lhe armas e técnicos militares. Segundo se pode concluir pelas informações de diversos jornais da América Latina, a missão militar norte-americana intervém ao lado de Morinigo na guerra civil do Paraguai.

Entretanto, nos paises cujos circulos governamentais opõem certa resistência à voracidade do capital estrangeiro, os representantes norte-americanos, pelo contrário, apoiam as fôrças anti-governamentais.

Exemplo significativo que mostra a verdadeira cara da diplomacia do dólar, vamos encontrar nos acontecimentos da Bolivia, em julho de 1946, quando foi derribado o govêrno do Presidente Villarroel. A principio, os Estados Unidos apoiaram Villarroel, que, segundo testemunha o "Chicago Sun", "só conseguia manter-se no poder porque o Departamento de Estado o havia reconhecido". Mas quando Villarroel adotou algumas medidas — muito limitadas — contra a preponderância do capital estrangeiro no pais, os Estados Unidos mudaram radicalmente sua atitude e a imprensa ianque iniciou uma furiosa campanha contra Villarroel.

Os fatos citados revelam o autêntico sentido da venenosa campanha contra o "perigo comunista" que, segundo pretendem os caluniadores, paira sôbre a América Latina, campanha que neste momento desencadeiam ruidosamente alguns jornais dos Estados Unidos e dos paises latino-americanos. Sob a bandeira do "anti-comunismo", a reação está desenvolvendo na realidade uma campanha contra as fôrças democráticas e progressistas da América Latina, que defendem o desenvolvimento independente de seus respectivos paises. Os meios reacionários são apoiados pelos poderosos e influentes grupos monopolistas estrangeiros, que não têm o menor interêsse pelo desenvolvimento independente dos referidos paises. Como acentuou o jornal uruguaio "La Marcha", esses grupos se valem do estribilho da salvação dos paises latino-americanos, ameaçando-os com o "perigo comunista", para impôr-lhes seu protetorado.

O estribilho da politica de após-guerra dos Estados Unidos nos paises latino-americanos vem a ser o chamado plano de colaboração militar inter-americano, formulado num projeto de lei que Truman apresentou ao Congresso em maio do ano passado.

Entre outras medidas, o projeto de lei determina a "estandartização" da organização militar, dos métodos de instrução e de aprovisionamento dos pases da América, segundo o modêlo norte-americano e sob a direção ianque.

Os meios democráticos da América Latina interpretaram o projeto de lei como uma séria ameaça à independência dos paises respectivos. E' absolutamente compreensivel que o contrôle dos Estados Unidos sôbre as fôrças armadas de paises tão fracos, relativamente, como os latino-americanos, não é compativel, de forma alguma, com o respeito à sua independência e soberania. Os partidários do plano de colaboração militar inter-americano invocam habitualmente, tanto nos Estados Unidos como na América Latina, o perigo externo que, segundo êles, ameaça os paises do Hemisfério Ocidental. Mas não é por acaso que o plano dos Estados Unidos deu origem a uma resistência tão tenaz entre as amplas massas democráticas dos paises da América Latina. Os meios democráticos dos paises latino-americanos vêem um perigo real para a sua independência precisamente na execução dêsse plano, destinado a transformar os mesmos paises num arsenal de reservas humanas e matérias primas e numa praça de armas de uma potência estrangeira.

ERRATA

No artigo «A Fome do povo brasileiro torna inadiável a reforma agrária», de Jacob Gorender, publicado, em duas partes, nos ns. 81 e 82, há as seguintes incorreções:

Na parte I, sob o subtitulo «O nivel alimentar do povo brasileiro», onde se lê « o consumo per capita (por habitante) de 22 gêneros alimenticios mais comuns, incluindo os gêneros importados»..., leia-se — «...de 22 gêneros alimenticios mais comuns, produzidos no país, e de todos os gêneros importados...»

Na parte II (n.º 82), no segundo quadro comparativo, na coluna de áreas até 5 hectares, não cabem a São Paulo, como ali está, 19,61 %, mas 19,21 %.

Sob o subtítulo «A distribuição da área cultivada», onde se lê «...nos demais Estados, os aumentos verificados oscilam entre 30 e 50 %», leia-se: — «...oscilam entre 30 e 70 %».

Sob o sub-titulo «Cultura variada e mono-cultura», onde se lê «...em São Paulo, café e algodão ocupam 2.926.960 hectares»; acrescente-se: «...(o terceiro produto é o milho, com 716.432 hectares, seguindo-se o arroz e o feijão, com áreas muito menores)».

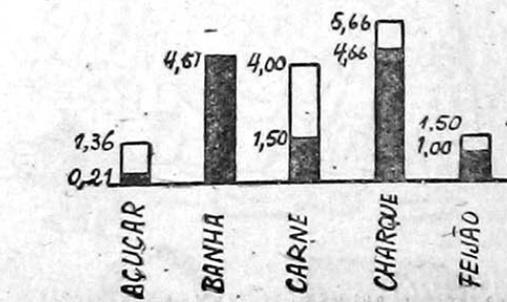
Sob o mesmo sub-titulo, onde se lê «...no Rio Grande do Sul, milho, trigo, arroz, feijão e mandioca, também de maneira proporcional, ocupam 1.432.065 hectares», leia-se: «...no Rio Grande do Sul, milho, com perto da metade da área total, e trigo, arroz, feijão e mandioca, com áreas relativamente proporcionais, ocupam 1.462.075 hectares».

CONSEQUÊNCIAS DE UM GOVÊRNO INÉPTO

O QUE FOI O AUMENTO DOS PREÇOS NO PRIMEIRO ANO COM DUTRA NA PRESIDÊNCIA

No seu n.º 80, publicou A CLASSE OPERARIA, na última página, um quadro do aumento do preço dos 17 principais gêneros alimentícios, de 1938 a 1945 e deste ano a novembro de 1946. Através daquele quadro, extraido de estatisticas oficiais, pôde ser comprovada, logo de inicio, a inepcia da administração do general Dutra, que tomou posse em fevereiro de 1946: em novembro do mesmo ano, os preços dos gêneros tinham quasi dobrado! De 1938 a 1945, houve, oficialmente, 60% de aumentos nos preços. De 1945 a 1946, também oficialmente, houve 70%. Está claro que no câmbio negro, a coisa tem sido naturalmente muito pior.

O gráfico acima reproduz os aumentos de 9 gêneros. A parte preta de cada coluna corresponde ao aumento de 1938 a 1945. A parte branca, ao aumento de 1945 a 1946. Os números se referem a cruzeiros.

Assim, por exemplo, o açúcar foi aumentado, de 1938 a 1945, em Cr$ 0,21. Em 1946, já o aumento do açúcar, com relação a 1938, totalizara Cr$ 1,36. Conforme se verifica, só a banha não teve o preço elevado, oficialmente, no ano de 1946. Mas em 1947, recuperou-se o tempo perdido e o seu preço foi triplicado...

Aí estão os resultados de govêrno de um inepto general, anti-comunista empedernido, antigo simpatizante de Hitler e Mussolini, ditadores que terminaram os seus dias bem tristemente...

AÇUCAR 1,36 0,21
BANHA 4,67
CARNE 4,00 1,50
CHARQUE 5,66 4,66
FEIJÃO 1,50 1,00
LEITE 2,10 0,75
MANTEIGA 22,50 10,50
OVOS 8,30 5,80
PÃO 2,10 1,10
MÉDIA DO AUMENTO 6,89 3,45

A CONSTITUIÇÃO DE PERNAMBUCO, Uma Grande Conquista Democrática

Foi promulgada ontem a Constituição do Estado de Pernambuco. Trata-se, sem dúvida, de uma grande conquista democrática do povo pernambuco, honrando suas gloriosas tradições de lutas libertárias, desde os tempos da colônia, através do Império e que se prolonga na República. Não é obra do acaso possuir hoje o povo pernambucano a Constituição estadual mais democrática e progressista do país, com dispositivos que deveriam ter sido inscritos na Constituição federal, não fôsse a predominância na Constituinte de 46 de elementos reacionários, ligados ao latifúndio e ao imperialismo, elementos que não estavam apenas no PSD, mas em todos os partidos das classes dominantes.

A Constituição de Pernambuco denota uma poderosa influência popular e particularmente da classe operária na sua elaboração. Influência que se efetivou através da numerosa bancada comunista na Constituinte do Estado. Não há negar que não se trata ainda de uma carta constitucional como desejaria o povo pernambucano, através da qual ficasse assegurada a imediata realização das reformas fundamentais para maior desenvolvimento do Estado. Mas, não há dúvida, as conquistas constitucionais do povo pernambucano, sob muitos aspectos, são superiores às de qualquer outro Estado.

A Constituição de Pernambuco, votada pelos nove deputados comunistas, vibrou um golpe na reação e nos restos do fascismo naquele Estado, simplesmente por se tratar de uma Constituição progressista. E não há melhor sinal disso do que a grita que está levantando nos setôres mais reacionários da política e da imprensa nacional, refletida nos jornais vendidos de Chateaubriand e Macêdo Soares. "Constituição soviética" — é como está sendo chamada a Carta constitucional pernambucana por êsses jornalistas venais, alugados ao imperialismo, portavozes do grupo fascista ditatorial.

Por que? Apenas porque a Constituição pernambucana conseguiu tirar à reação e à prepotência uma de suas armas que mais tem ferido o povo, a polícia política transformando-a numa arma contra os inimigos do povo. Eis o dispositivo constitucional que liquida a polícia política em Pernambuco:

"Art. 28 — São abolidos a polícia política bem como quaisquer órgãos ou funções que direta ou indiretamente se destinem a cercear, de qualquer fórma:

I — a livre manifestação do pensamento, pela palavra escrita ou oral;

II — as atividades de partidos ou outras associações políticas;

III — a liberdade sindical;

IV — o direito de greve.

Parágrafo único — Fica a Delegacia de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública, transformada em Delegacia de Ordem Econômica, cuja atribuição será a de reprimir os crimes contra a economia popular e os delitos conexos, na forma que a lei determinar."

Assim, a polícia-política que espanca operários pacíficos, que prende grevistas, que atira no povo em comícios, que mata camponeses oprimidos pelos Lundgrens, essa polícia-política deve ser agora em Pernambuco um instrumento a serviço dos interêsses do povo, salvaguardando-o dos assaltos dos homens dos lucros extraordinários, dos senhores do mercado negro, dos sonegadores de gêneros, dos altistas e especuladores. Não é, pois, sem motivos que Chateaubriand e Macêdo Soares se lançam com tamanha ferocidade contra o bravo povo pernambucano, insultando-o, quando insultam e injuriam os deputados que melhor representam êsse mesmo povo.

Mais ainda: pela Constituição estadual, as grandes massas do povo de Pernambuco têm garantido o exercício de seus direitos

(Conclui na 7.ª pág.)

OS PONTOS DE APOIO DA DITADURA

Os pontos de apoio com que conta a ditadura são, realmente, precaríssimos dentro do país. A mão forte, que a sustenta, vem do exterior e se liga ao vasto e pesado corpo do "Tio Sam".

A ditadura se reduz, na prática, a uma pequena camarilha, que cerca o inepto general Dutra. São homens como os generais Alcio Souto e Canrobert Pereira, cujas idéias fascistas são conhecidas de longa data, como o aventureiro Pereira Lira, cuja irresponsabilidade é monstruosa, emparelhando-se, nesse sentido, ao ministro Costa Neto. Atrás dessa camarilha, de cujos benefícios compartilham os herois da copa e cozinha, isto é, Vitorino Freire e Cia., se movimentam os espertos negocistas, banqueiros que especulam com a miséria nacional, os Correia e Castro, Simonsen, Guilherme da Silveira, etc.

Apoio das massas populares, a camarilha não possui nenhum. Ainda não houve, em nossa História, um chefe de govêrno tão impopular, como o ditador Dutra. Mas a própria base política da ditadura é, também, fraquíssima. "O partido majoritário, o PSD, que elegeu o presidente da Repkblica, se encontra cindido e não merece a confiança do homem do Catete.

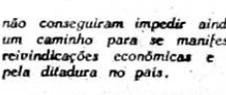
Já vimos como, na comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, o sr. Agamenon Magalhães, membro do Conselho Nacional do PSD, se manifestou contra a cassação de mandatos. Mais extraordinários, porém, são as manifestações das bancadas do PSD em diversas câmaras estaduais. Foi com o apoio dessas bancadas, que as assembléias de Pernambuco, Estado do Rio, Espírito Santo, Goiás e Sergipe, bem como a câmara de vereadores do Distrito Federal, se colocaram claramente contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, enviando moções à Câmara Federal. As bancadas estaduais, convém frisar, se encontram mais próximas do povo e do eleitorado do que a bancada federal.

As assembléias do Rio Grande do Sul e São Paulo aprovaram também moções contra a

(Conclui na 7.ª pág.)

AS GRANDES MASSAS REAGEM CONTRA A DITADURA

A CAMARILHA FASCISTA DO GENERAL DUTRA SOFRERÁ NOVOS ABALOS, À MEDIDA QUE AUMENTAR O NÚMERO DE PROTESTOS COLETIVOS

Quando costumamos nos referir à ditadura ainda não consolidada, dizemos a verdade. A ditadura continua vacilando, cometendo erros terríveis e agravando o seu próprio desespêro. Isso se dá, em primeiro lugar, porque a camarilha do general Dutra é odiada pelo povo, cujas manifestações de repúdio vão se avolumando. O clima de provocações, de intimidações ilegais, de ameaças fascistas, como as contidas no discurso do general Alcio Souto, não conseguiram impedir ainda, que as grandes massas encontrem um caminho para se manifestar publicamente na luta pelas suas reivindicações econômicas e condenando o descalabro introduzido pela ditadura no país.

O EXEMPLO DAS MULHERES CARIOCAS

A passeata das mulheres cariocas encerra um exemplo admirável. Em tôrno dessa iniciativa, mobilizaram-se tôdas as uniões femininas do Rio e milhares de donas de casa, atingidas pela propaganda da imprensa, do rádio e dos volantes, se viram profundamente interessadas no protesto contra a carestia da vida. Mulheres de diversas orientações políticas e religiosas encontraram um terreno comum de sincera colaboração na luta contra o câmbio negro, a especulação, a falta de gêneros alimentícios, de casa para morar, de condições elementares de uma vida digna para dezenas de milhares de famílias.

A polícia dutrista, com a costumeira estupidez, após desencadear uma guerra de nervos, proibiu a passeata, sob alegação de que havia, no movimento, "elementos agitadores". Os órgãos da ditadura não se preocupam, com efeito, das consequências de cada ato, que viola cinicamente a Carta Constitucional. Mas a ditadura não possui a fôrça, que apregôa. Por isso mesmo, a proibição policial só serviu para fazer com que a iniciativa das mulheres cariocas repercutisse ainda com maior vigor.

A manifestação não teve a forma de passeata, mas, de qualquer maneira, se realizou, em virtude da energia com que se conduziram as donas de casa, dirigindo-se, em massa, apezar do aparato policial mobilizado, às Câmaras Federal e Municipal.

OS ESTUDANTES REPUDIAM A DITADURA

U'a manifestação de repúdio claro à ditadura foi a declaração de princípios aprovada pelo X.º Congresso Nacional dos Estudantes. A declaração, que foi aprovada por quase unanimidade é taxativa na caracterização da atual situação como uma ditadura e afirma, também, a posição dos estudantes contra a cassação de mandatos, em defesa das liberdades democráticas fundamentais.

O referido documento especifica, também, as reivindicações econômicas e educacionais, que, em primeiro lugar, devem merecer a atenção da juventude universitária.

O presidente da nova diretoria, que, êste ano, regerá os destinos da União Nacional dos Estudantes, em discurso proferido, afirmou que cumprirá a declaração de princípios, o que é uma garantia de que o movimento estudantil seguirá uma linha de luta enérgica pela democracia.

PROTESTOS DOS METALÚRGICOS E TRANSVIÁRIOS

Também a classe operária, principal atingida pela ditadura, vem se mobilizando a fim de jogar o seu papel de vanguarda na luta pela democracia. Mais do que a nenhuma outra classe ou camada da população, cabe aos trabalhadores lutar por melhores condições de vida, porque são as suas famílias as que mais profundamente sofrem com os salários de fome e a alta vertiginosa dos preços. Foram também os direitos políticos dos trabalhadores os primeiros, que a ditadura lesou, fechando as suas organizações sindicais e o seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil.

Partindo dos locais de Trabalho, das fábricas, das oficinas e dos escritórios, deve a classe operária protestar, sem tréguas, contra a ditadura, lutar por melhores condições de vida, pela reconquista de suas organizações sindicais e pela restauração da legalidade democrática.

Os metalúrgicos e transviários cariocas, reunidos em massa, souberam recentemente se manifestar contra a ditadura, através das visitas, que fizeram às câmaras federal e municipal, protestando contra a pretendida cassação dos mandatos e exigindo urgência na regulamentação do repouso semanal remunerado.

A CAPITULAÇÃO COVARDE DO SR. ADHEMAR

A covarde capitulação do sr. Adhemar de Barros implantou, em São Paulo, o pior clima ditatorial do país, exceção talvez de Alagôas. Na capital de São Paulo, não é permitido realizar comícios, nem mesmo reuniões em recinto fechado. Um comício, que iria se realizar no Largo da Concórdia, foi dissolvido à pata de cavalo e espancamentos pelos investigadores da Ordem Política e Social.

O sr. Adhemar de Barros, entretanto, sentirá bem cedo o preço de sua capitulação. Sem o apoio do povo, que já o despreza, a sua manobra de "apaziguamento" com a camarilha fascista do Catete poderá levá-lo ao abismo.

A Posição Dos Comunistas Em Face Da Igreja Católica

Por **FRANCO RODANO**

N. R. — Reproduzimos, a seguir, um artigo extraído da revista «Rinascita», que explica, num plano de princípios, a posição dos comunistas italianos ao aprovar, na Assembléia Constituinte, o célebre artigo 7, através do qual os Tratados de Latrão foram incorporados ao projeto de constituição. Essa posição dos comunistas foi largamente comentada, constituindo um verdadeiro choque para os reacionários de todo o mundo.

Togliatti

Não se pode negar que o voto favorável dado pelo grupo parlamentar comunista ao artigo 7 tenha suscitado no país uma sensação de alívio: os perigos tinham sido conjurados, as questões se não resolvidas, pelo menos encaminhadas a uma solução e uma grave encruzilhada, surgida na vida da nação substancialmente de improviso, tinha sido superada de modo o mais feliz, dadas as condições.

Este estado d'alma do país não foi, ao que nos parece, suficientemente compreendido pelas suas vanguardas políticas constituidas. Nem isto nos surpreende, porque se um defeito elas revelaram no curso da sua ação, de mais de três anos a està data, foi precisamente o defeito de uma incoercível tendência a agir, deduzindo os próprios gestos concretos das suas premissas programáticas e não das aspirações e das necessidades vivas e profundas do povo.

Trata-se, então, em substância, de uma democracia, que se explica pelo povo, o qual é considerado como fonte do poder, mas unicamente no sentido em que pode escolher entre êste ou aquele programa, que lhe são apresentados e que foram elaborados, independentemente dêle, pelas elites dos «iluminados». A ação dos comunistas, porém, nasce de tôda uma concepção e uma prática profundamente diversas da democracia: a de uma democracia que se explica pelo povo e através a ação do povo. Este é encarado não mais como passivo detentor do poder, mas como criador contínuo de tôdas as formas e de todos os modos em que êste poder vai sendo concretizado. Aos partidos, em tal concepção da democracia, não resta senão a tarefa, evidentemente fundamental, de interpretar e, na medida em que o forem capazes, de guiar a vontade das massas. «Os partidos são a democracia que se organiza.» Não são, pois, o momento essencial, mas instrumental da democracia.

Ora, quais eram as aspirações fundamentais do povo, neste momento, frente às questões levantadas pelo artigo 7? Não há dúvida que elas eram, em substância, duas. Antes de tudo e sôbre tudo, não quebrar, nem mesmo por uma polegada, a possibilidade de uma ação solidária e unitária de tôdas as fôrças igualmente interessadas no desenvolvimento do progresso social, isto é, as grandes massas populares, profundamente unitárias. E é importante sublinhar aqui que esta grande aspiração à unidade, a qual se impõe, por si mesma, a tôda a vida política do país, não nasce apenas da gravidade e da aspereza dos problemas políticos e econômicos presentes, mas tem raízes históricas profundíssimas e exprime com uma fórmula já cheia de contúdo, todo o processo de revisão do regime liberal-reacionário, decididamente anti-popular — e, pois, anti-socialista e anti-democrático — que deu os seus últimos frutos de cinzas com a ditadura fascista. A segunda aspiração do povo consistia na vontade de garantir a independência do Estado das imposições eclesiásticas e, portanto, de deixar aberta a estrada à revisão bilateral dos tratados de Latrão, firmados por Mussolini, de maneira a adaptá-los à nova realidade das instituições republicanas e democráticas.

A ação do grupo parlamentar comunista foi, em tudo, de acôrdo com estas duas aspirações fundamentais do povo. Usou-se, de fato, de todo o prestígio e da ressonância da pública e solene discussão da Assembléia para fazer com que a Santa Sé compreendesse o estado de ânimo real do país em tôdas as suas gradações; e para indicar-lhe, portanto, objetivamente e no modo o mais liberal e sincero, as formas e os meios para melhor defender os seus próprios interêsses. Mas tudo isso resultou em vão. O que se verificou foi a intransigência, a mais intratável, da maioria do partido democrata cristão, consequência direta e imediata da intransigência da Santa Sé. Em palavras claras, do lado clerical a tendência era para colocar a questão em termos completamente alheios ao espírito e à vontade da maioria da Assembléia, mas que podiam ter, no país, um efeito perigosíssimo, junto à forte minoria ainda ligada às organizações e aparelhos clericais. Uma vez que, em suma, a questão do artigo 7 tinha sido imposta como um dilema: «ou votar o artigo como foi formulado na Comissão Constitucional ou o desencadeamento da guerra religiosa»; não restava ao grupo parlamentar comunista senão subordinar a segunda e mais particular aspiração do povo italiano à primeira aspiração mencionada e, no interêsse da unidade das massas populares e da paz religiosa, decidir-se a aprovar o artigo 7. Qualquer posição diferente teria sido contrária, no ponto em que tinham chegado as coisas, à política unitária e nacional do partido comunista e à sua mesma concepção da democracia como integral e direta democracia do povo.

Poderíamos mesmo concluir aqui a nossa exposição. Mas a crítica, que acusa de maquiavelismo destruidor o gesto do Partido Comunista e a crítica que o condena como uma traição ou um sério golpe aos princípios do laicismo, são tão insistentes e persistentes, que se tornou claro que êsses dois tipos de crítica vêm se alimentando não só da incompreensão da realidade profunda, da verdadeira natureza da política comunista e dos princípios que a orientam, mas também da incompreensão dos valores defendidos e estimulados por esta política. Quando «astutamente» se afirma que o voto favorável ao artigo 7 teve finalidades meramente eleitorais, — e neste «astuto» julgamento concordam, eu não duvido, os clericais e os laicistas — não somente se demonstra nada haver compreendido do Partido Comunista, mas de não haver nunca compreendido absolutamente nada do modo em que se processam, numa livre e moderna nação, os interêsses de uma determinada confissão religiosa e os do laicismo.

Quando um clerical considera gesto eleitoral o voto comunista, parte, ao fazer êste julgamento, de duas prevenções precisas: antes de tudo, a incompatibilidade absoluta entre o regime socialista — cuja edificação a política comunista objetiva — e tôda confissão religiosa; em segundo lugar, — e como consequência direta daquele primeiro preconceito — a convicção rigidíssima de que somente através de uma imposição pela fôrça, somente agindo contra as grandes correntes políticas, sociais e de pensamento, que lutam pelo socialismo, somente não cedendo nada dos privilégios temporais, que garantiam, em outras épocas, a independência e a liberdade da Igreja Católica, é possível defender os interêsses da Religião.

Quanto ao primeiro ponto, na própria discussão havida na Assembléia sôbre o artigo 7, o orador designado pelo grupo parlamentar comunista — Palmiro Togliatti — soube aproveitar a ocasião propícia para mostrar a sua inconsistência. Na União Soviética, único Estado socialista até hoje existente, o elemento religioso se mostrou coeficiente importantíssimo de sacrifício e de dedicação à pátria socialista no período gravíssimo da guerra, tornando-se claro que religião e socialismo não são incompatíveis e podem conviver, com vantagem para ambos. Mas os clericais italianos, longe de assimilar esta afirmação importantíssima, que representa a melhor interpretação atual do famoso e mal compreendido axioma marxista: «a religião é o ópio dos povos», continuam cegamente a falar da «incompatibilidade». Do mesmo modo, de resto, os seus velhos colegas, os nacionalistas, longe de avaliar o sangue operário derramado em profusão na guerra patriótica pela independência, que é a melhor interpretação atual da afirmação marxista: «os proletários não têm pátria», continuam a falar, enquanto namoram com o estrangeiro, de anti-patriotismo do partido comunista. No fundo, por ignorância ou por fraudo ou por louca bestialidade, não querem êles compreender que, em virtude dos próprios princípios do marxismo, a política comunista não será nunca, como nunca foi, dirigida à prática da violência contra a Religião, mas é e será dirigida à modificação e à subversão da estrutura econômica e política da sociedade. Assim, os vários elementos ideológicos desta — e, entre êles, o religioso, — os quais se revelassem meros aspectos super-estruturais, viriam inevitavelmente a extinguir-se, após a queda da estrutura que os sustentava.

A política comunista se explica, e hoje de forma sempre mais precisa e mais clara, como uma grande e profunda ação de renovamento democrático integral. Neste terreno, ela oferece continuamente aos valores, às energias, às organizações religiosas a possibilidade de cooperar nesta grande obra de libertação do homem. Ela oferece, pela sua gradualidade e vivo senso de responsabilidade, com que vem realizando esta obra, novas formas e novas instituições, em que podem ser garantidos, em correspondência com os tempos novos e as condições objetivas modificadas, as justas exigências de independência e liberdade da Igreja. Mas as fôrças clericais, cegas pela sua fundamental prevenção a respeito da incompatibilidade, se fecham sempre mais em si mesmas e tentam reafirmar, assim, com práticas imposições violentas, privilégios e fórmulas, que deveriam ter todo o interêsse em abandonar. Agindo dessa maneira, as fôrças clericais cometem, além do mais, um grave êrro político. Sôbre a base das suas duas fundamentais prevenções, o clericalismo se coloca contra tudo o que no país existe de progressivo, de vital, de audaz e de nobre.

A votação do artigo 7 o demonstrou amplamente. O clericalismo se encontrou, praticamente, em minoria. Somente os comunistas o salvaram de uma derrota ou de uma penosíssima vitória, que seria ainda mais desastrosa. Mas os comunistas o fizeram simplesmente para salvar a unidade das massas e a paz religiosa, ou seja, para salvar as condições fundamentais de um ordenado e pacífico progresso democrático, o qual, realizando-se, levará, por si mesmo, por necessidade e pela vontade e desejo da própria

(Conclue na 7.ª pág.)

O RUHR, CHAVE DO FRACASSADO PLANO "MARSHALL"

Onde as ligações entre o Banco Schröder e o imperialismo ianque explicam muitas coisas obscuras

O Ruhr é um dos problemas cruciais com que se debate a diplomacia das chamadas potências do ocidente. Alguma coisa do que se passa nos bastidores tem transpirado através de telegramas. Sabe-se, por exemplo, que a França, mesmo com o sr. Bidault à frente do Quai d'Orsay, se opõe energicamente ao soerguimento da indústria pesada do Ruhr. «Primeiro as vitimas, depois o carrasco» — é o que reclama a França, depois de ter compreendido o canto de sereia de Marshall. Em primeiro lugar, deve ser reerguida a economia dos países devastados pelos agressores hitlerianos. São aqueles os que devem merecer tratamento de prioridade e não o povo, que, durante tanto tempo, sem quase nenhum protesto, serviu de base às aventuras nazistas.

Ultimamente, também a Inglaterra externou as suas divergências em tôrno da questão do Ruhr. A Inglaterra se encontra em má situação econômica e um dos principais recursos para a sua recuperação é a exportação de carvão e de produtos manufaturados de ferro e aço. Com as minas e os altos fornos do Ruhr em funcionamento, empregando os métodos mais modernos que os ianques querem ali introduzir, claro está que as possibilidades inglesas no mercado exterior diminuirão sensivelmente. Os ingleses não escondem, por isso, o seu mau humor com os planos do «Tio Sam» e Bevin já fala da necessidade do país se libertar da «esfera do dólar».

Vejamos, agora, o que se passa do lado dos Estados Unidos. Como denunciou, desde o início a União Soviética, seguida, mais tarde, pela diplomacia francesa, a essência do «Plano Marshall» é fazer do Ruhr o centro industrial exclusivo da Europa. Não interessa que, atrás do Ruhr, se recomponha o militarismo germânico e, dentro de uma decada, volte a agredir os países vizinhos. O que interessa é fazer da Europa um mercado tributário do grande conjunto industrial alemão. Por que é que Marshall apoia um plano dessa ordem?

Quem tiver lido o artigo de Leonidov, sob o título «O papel imperialista do banco anglo-germano-americano Schröder», publicado nos ns. 81 e 82 de A CLASSE OPERÁRIA, compreenderá todo o segredo da trama. Esse segredo é muito simples: a indústria do Ruhr está ligada ao Banco Schröder, que, desde há muitos anos, a controla e financia; o Banco Schröder, por sua vez, embora possua um ramo importante na Grã-Bretanha, joga, após a segunda guerra mundial, principalmente o papel de auxiliar do grupo financeiro Rockfeller. O laço de ligação entre Schröder e Rockfeller é John Foster Dülles, o conselheiro-mór de Marshall, dirigente do Partido Republicano em assuntos exteriores e mentor de Dewey, o candidato à presidência da República que Roosevelt derrotou.

Praticamente de posse da indústria do Ruhr, o imperialismo ianque quer salvá-la da ruina e dela fazer uma arma para esmagar os concorrentes da Inglaterra, França, Checoslováquia e outros países industrializados da Europa. O ideal do «plano Marshall» é uma Europa agrícola pagando tributo ao Ruhr e, indiretamente ,através dos canais do banco Cchröder e de outros canais talvez mais diretos, amarrando-se, de pés e mãos, aos trustes de Wall Street. Tôda a insistência ianque por uma Alemanha federalizada, contra o ponto de vista soviético, que pugna ,por uma Alemanha democrática unificada, todo o trabalho de divisão da Alemanha em duas zonas políticas e econômicas, a ocidental e a oriental, decorre do interêsse, que têm os trustes ianques de manter o Ruhr sob a sua imediata influência, fora da órbita de uma Alemanha obedecendo a um poder central único, em mão das fôrças democráticas anti-nazistas.

A batalha diplomática prossegue. Mas o fracasso do plano Marshall, graças à intransigência admirável da URSS, contitui, sem dúvida, uma seríssima derrota para o Departamento de Estado de Washington e os seus atuais patronos, Rockfeller, John Foster Dülles, Schröder, etc.

Os Estados Unidos Querem Privilégios Para Suas Mercadorias Em Todo o Mundo

Por Eugenio VARGA
(Famoso economista soviético)

O QUE TÊM SIDO AS CONFERÊNCIAS DE COMÉRCIO ANTES E DEPOIS DA GUERRA -- O QUE VISAM OS SEUS PROPICIADORES

A atual conferência de Paris, para discussão do "Plano Marshall" — plano que se destinaria a ajudar os países da Europa na sua reconstrução — está, como previramos, condenada ao completo fracasso. E isto precisamente porque se trata, como temos esclarecido, de ditar imposições dos trustes e manopólios americanos aos países europêus.

Por não desejarem a tutela do imperialismó foi que os povos da União Soviética, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, Rumania, Bulgária, Hungria, Finlandia e Albania, recusaram sua presença à Conferência de Paris.

No entanto, a propaganda anglo-americana ainda procura iludir os incautos fazendo passar o "Plano Marshall" como uma dádiva graciosa dos Estados Unidos aos países devastados pela guerra. A verdade, entretanto, é muito outra. O "Plano Marshall" já foi suficientemente desmascarado por Molotov como uma armadilha ianque contra a soberania, a independência econômica e política dos povos necessitados de ajuda .

Quando Molotov denunciou o verdadeiro objetivo intervencionista do "Plano Marshall", as agências americanas e os jornais a serviço do imperialismo crivaram o ministro soviético de insultos. Agora, é dos países propiciadores da Conferência de Paris, a França e a Inglaterra, que partem as acusações contra o referido plano, que tem por escopo imediato reerguer as grandes indústrias da Alemanha, na sua maior parte ainda em poder dos trustes nazistas, colocando-a como um dos alicerces da "nova ordem" européia desejada pelos imperialistas. Agora, e Inglaterra se advertem do perigo de uma nova agressão germanica, desta vez alimentada pelo capital financeiro monopolista ianque.

Estamos às vésperas do fracasso completo da Conferência da Paris, sem dúvida um bom sinal para preservação da independência e soberania dos povos da Europa.

Desmascara-se, desta forma, a nova tentativa americana para intervir nos assuntos internos dos povos europeus, sob o pretexto de ajudá-los na sua reconstrução. E a Conferência de Paris passa ao rol das demais conferências patrocinadas por potências imperialistas com o intuito de dominar economicamente os demais povos, começando por impor ou financiar governos reacionários, anti-democráticos, impopulares, que melhor lhes favoreçam seus negócios. Recentemente, o conhecido economista soviético Eugenio Varga, escrevendo sôbre uma conferência de comércio realizada em Genebra, na Suiça, fazia um ligeiro balanço de outras conferências realizadas nos últimos tempos, através das quais os mais importantes países imperialistas tratavam de impôr sua dominação, geralmente encoberta, a povos economicamente fracos. Publicamos hoje a parte inicial dêsse importante artigo, que inclusive esclarece também, implicitamente, os objetivos da próxima Conferência do Rio de Janeiro.

I

A Conferência de Gênova se reuniu em 1922, sem a participação dos Estados Unidos, que naquela época se mantinham na política isolacionista. A fôrça motriz da Conferência foi a Inglaterra, que depois do fracasso da intervenção, queria criar uma frente econômica única contra a União Soviética. Com a promessa de novas inversões de capitais, fez-se então a tentativa de forçar a União Soviética a reconhecer as dívidas anteriores do tsarismo, a devolver aos industriais estrangeiros suas fábricas nacionalizadas, a conceder a firmas estrangeiras direitos especiais no país, etc. Em outras palavras: foi uma tentativa de converter a União Soviética em colônia do capital financeiro internacional. Como é natural, o govêrno soviético repeliu energicamente semelhantes propostas. Depois disso, a Conferência não pôde adotar senão resoluções de caráter mais geral.

Não menos infrutífera foi, no verão de 1922, a Conferência de Haia, onde se apresentaram análogas exigências à União Soviética.

Em 1927, teve lugar a Conferência Econômica Internacional, na qual estiveram representados todos os países importantes, incluindo a União Soviética e os Estados Unidos. A Conferência aprovou diversas resoluções de ordem geral acêrca do livre câmbio, mas não teve repercussões práticas.

Em 1933, quando a crise econômica mundial, iniciada em 1929, alcançava seu ponto culminante, reuniu-se em Londres a Conferência Econômica mais importante de quantas até então se haviam realizado e da qual participaram 67 países. Essa Conferência, cujos dirigentes tratavam de achar a solução capitalista para a crise, mantendo o padrão ouro, e resolver o problema dos mercados, fracassou. Enquanto a Conferência discutia sôbre o padrão ouro, os Estados Unidos desvalorizavam o dólar, o que era uma forma de torpedear a Conferência. A Inglaterra não se arriscou a formar um bloco contra os Estados Unidos ao lado da França, que encabeçava os **países do padrão ouro**, e pouco depois seguia o exemplo dos Estados Unidos, empreendendo o caminho da desvalorização da libra esterlina.

A Alemanha fascista tentou aproveitar o momento para integrar o bloco anti-soviético. Seu delegado, Hugenberg, apresentou um memorandum que causou sensação e no qual descobriu prematuramente o jôgo de Hitler. Essa manobra da diplomacia hitlerista não deu resultado. A União Soviética conquistou um grande êxito diplomático com sua consequente política de paz.

«Por paradoxal que pareça, não é menos certo que na Conferência de Londres, que se propunha vencer a crise mundial do capitalismo, unicamente um Estado alcançou êxitos reais, e êsse Estado é a União Soviética» — reconhecia, a 4 de julho de 1933, o «Arbeiter Zeitung», jornal de Viena, nada amigo da União Soviética.

Esta breve relação demonstra que as anteriores conferências econômicas internacionais não produziram qualquer resultado prático. Qual o objetivo das Conferências atuais?

A fôrça motriz e os propiciadores são, nelas, os Estados Unidos. Oficialmente sua finalidade é o restabelecimento da **liberdade do comércio mundial** ou do sistema de **portas abertas**, isto é, a volta a uma situação semelhante à que existia na segunda metade do século 19. É verdade que naquele tempo existiam já direitos alfandegários na maioria dos países, e que nos Estados Unidos eram, como agora, muito elevados, mas então os tratados comerciais se concluiram por longos períodos, por dez anos, em média, e em quase tôda parte se aplicava o princípio da **Nação mais favorecida**. Em outras palavras, os países que firmavam tratados comerciais garantiam-se reciprocamente que se um tratado comercial posterior estabelecesse em qualquer país uma tarifa aduaneira inferior para tal ou qual artigo, essa tarifa se aplicaria automaticamente aos demais países com os quais existiam tratados comerciais anteriores. Dêsse modo, as mercadorias de todos os países podiam competir entre si em iguais condições dentro de qualquer país.

No século 20, quando o poder da produção na indústria se adiantava cada vez mais às possibilidade de saída, e estas últimas, salvo em breves fases de apogeu industrial, começaram a tropeçar com crescentes dificuldades, o sistema de nação mais favorecida entrou em período de decadência. A princípio, essa cláusula se manteve ainda formalmente, mas na prática era abandonada. A diminuição das tarifas aduaneiras estipuladas nos tratados comerciais concluidos entre dois países se submetia a tais condições, quanto às qualidades das respectivas mercadorias, que apenas podiam satisfazer essas condições as mercadorias de determinados países.

TARIFAS PREFERENCIAIS

Depois da primeira guerra mundial, e sobretudo durante a crise econômica de 1929 a 1933, quando se agravaram particularmente as dificuldades de venda, a maioria dos países renunciou ao princípio de nação mais favorecida e à prática de assinar tratados comerciais a longo prazo. A Inglaterra criou em seu Império um sistema de tarifas preferenciais. Nos limites do Império, os importadores ingleses pagam pelos mesmos artigos direitos inferiores em comparação com os que devem pagar os demais países. A Inglaterra taxou com tarifas aduaneiras os artigos alimentícios importados do estrangeiro, para poder outorgar como compensação um tratamento favorável aos países do Império, e o mesmo ocorreu na França e suas colônias.

A necessidade de manter a estabilidade da moeda, ou de minorar o ritmo de sua depressão, obrigou a muitos países a recorrer ao contrôle das importações. Assim surgiu o sistema

(Conclui na 6.ª pág.)

1 — HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL — Os trabalhadores ganham consciência de sua condição de classe. Exigem a fundação de um Partido Comunista. Realiza-se o Congresso de fundação do P. C. B., a 25-2-1922.

2 — Em 1930, na campanha presidencial, o P. C. B. se coloca numa posição justa, desmascarando ambos os candidatos como reacionários, ligados ambos às fôrças imperialistas em luta contra o nosso povo.

3 — 1935. A 27 de novembro os comunistas, em apoio ao movimento da Aliança Nacional Libertadora, pegam em armas para que o nosso país não seja entregue ao fascismo que avança em todo o mundo.

4 — Em 1937, um grupo de generais fascistas e políticos corruptos desfere um golpe contra a Democracia, sendo os comunistas as primeiras vítimas. De comunistas e outros democratas enchem-se os cárceres.

5 — Prestes, preso em 1936, é o alvo preferido da reação e do fascismo. Contra o Cavaleiro da Esperança forjam-se processos sôbre processos. No Tribunal de Segurança, êle acusa o Estado Novo.

6 — Durante a guerra patriótica contra o nazismo, são os comunistas que mobilizam as massas para efetivar a nossa participação na luta mundial dos povos pela liberdade, a democracia e o progresso.

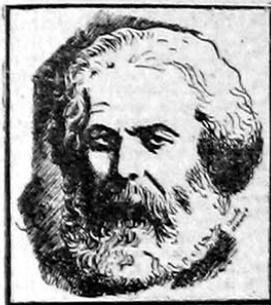
7 — O nazismo agoniza. Nas ruas de tôdas as cidades do Brasil, a palavra ANISTIA ganha as grandes massas e força a ditadura a retroceder e pôr em liberdade todos os patriotas, inclusive Prestes.

8 — A 23 de maio de 45, Prestes fala a todo o povo brasileiro, no estádio do Vasco, no Rio. Seu discurso inicia uma nova etapa da luta do nosso povo pela democracia, com o Partido Comunista na legalidade.

9 — Sucedem-se grandes campanhas pela ampliação das conquistas democráticas. A luta pela Assembléia Constituinte, impulsionada pelos comunistas, empolga as massas, educando-as politicamente.

10 — O golpe de 29 de outubro, com 200 tanques voltados para a sede do P. C., cai no vazio. Os generais fascistas não podem mais recusar ao povo a sua reivindicação: a Constituinte. *(Conclui no próximo núm.)*

Há 80 Anos, Aparecia o Primeiro Volume De "O Capital"

O QUE REPRESENTA ESTA OBRA GENIAL DO FUNDADOR DO SOCIALISMO CIENTÍFICO

"O Capital" é o titulo da principal obra de Carlos Marx, obra genial que produziu uma completa revolução nas concepções sôbre a sociedade humana e colocou o socialismo sôbre bases cientificas.

"O Capital" é a maior obra econômico-politica do nosso século", escreveu Lenin. Marx chamava "O Capital" a obra de sua vida. Iniciou-a em meiados da década de 40 do século 19 e continuou trabalhando nela até sua morte.

O primeiro volume de "O Capital" surgiu a 25 de julho de 1867. Os volumes seguintes apareceram já depois da morte de Marx, preparados e editados por Engels: o segundo tomo em 1885 e o terceiro em 1894.

Para Lenin, "O Capital" representa "um modêlo de análise cientifica, segundo o método materialista, de uma só — e a mais completa — formação social, um modêlo reconhecido por todos e que ninguém ultrapassou".

A economia politica burguesa, inclusive através de seus melhores representantes, concebia o regime capitalista como a forma "natural", eterna, da sociedade. Marx fundamentou com "O Capital", de maneira irrefutável, e desenvolveu a tese, já defendida antes por êle mesmo em outros trabalhos, de que o regime capitalista das relações sociais constitui uma forma transitória, histórica, da produção social, forma que, regida por uma lei natural, aparece em uma determinada fase de desenvolvimento da humanidade, mas que, de acôrdo com esta mesma lei, deve perecer, cedendo seu lugar a formas novas, mais progressistas, da vida social.

duos que nasceu e se modifica casualmente, que admite tôdas as mudanças segundo a vontade das autoridades (ou, o que dá no mesmo, pela vontade da sociedade e do govêrno), e, pela primeira vez, situou a sociologia sôbre uma base cientifica, estabelecendo o conceito de formação econômico-social como um conjunto de determinadas relações de produção e deixando claro que o desenvolvimento de tais formações é um processo histórico-natural".

Marx descobriu a lei econômica do movimento da sociedade capitalista e demonstrou que o comunismo é uma fase futura, absolutamente inevitável no desenvolvimento da humanidade, que seu aparecimento é preparado por tôda a história da humanidade, pelas leis internas do desenvolvimento do proprio

E' ainda de Lenin esta opinião sôbre "O Capital": "Pôs têrmo à concepção sôbre a sociedade como um ajuntamento mecânico de indivi-
capitalismo.

Mas "O Capital" não é sòmente uma obra de economia. E' também a maior obra de história e filosofia, onde aparece, já desenvolvida a fundamentação da teoria marxista do materialismo histórico em sua aplicação à investigação universal de uma determinada formação econômica-social: o capitalismo.

E', também, "O Capital", um modêlo insuperável de análise e de aplicação da dialética materialista ao estudo da sociedade humana.

De acôrdo com a realidade objetiva, Marx, em "O Capital", examina o modo social da producão como a base de tôda a vida social, e o analisa não como uma forma eterna e imutável, mas como uma fórma que históricamente nasce, se desenvolve e prepara necessàriamente as condições de sua morte. Ao mesmo tempo que analisa as leis que regem o capitalismo, "O Capital" faz também a crítica cientifica da economia politica burguesa.

Hoje, as idéias geniais de Marx, vindas a lume há 80 anos, são comprovadas na prática numa sexta parte do mundo, a União Soviética, cujos povos se encontram já na etapa de consolidação do socialismo para fazerem sua transição ao comunismo, isto é, a uma sociedade em que o aforisma dos criadores do marxismo, será uma realidade, **de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.**

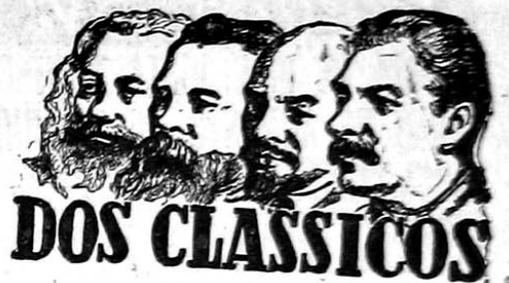
STALIN E "O CAPITAL" DE MARX

Em muitos livros de memórias, seus autores escrevem que Stalin era visto sempre com livros. Dedicava-se inteiramente ao trabalho de enriquecer seus conhecimentos, aproveitando para isso todas as horas vagas e, frequentemente, noites inteiras.

Em suas recordações, seus camaradas salientam que Stalin relia várias vezes os livros, fazendo anotações e resumos do que lia. Assim, tendo estudado "O Capital" de Marx, quando ainda se encontrava no seminário, Stalin voltou a estudá-lo repetidas vezes e a resumi-lo. Em 1910, ao ser preso, foi-lhe tomado um caderno de notas de "O Capital" e outras obras de Marx. Como Lenin, também Stalin recorria frequentemente a Marx.

Na coletânea "Encontros com o camarada Stalin" se narram, contadas por êle mesmo, as dificuldades relacionadas com o estudo do primeiro volume de "O Capital".

"Em Tiflis — escreve em suas memórias M. Chiureli — vivia um livreiro bastante conhecido. Nesse tempo, eu estudava no seminário. Tinhamos um círculo de estudos marxistas. O livreiro editava a preços módicos folhetos de propaganda de caráter populista, escritos por êle próprio. Sem saber como, chegou às suas mãos o primeiro volume de "O Capi

(Conclúi na 7.ª pág.)

O PRELÚDIO DA VITÓRIA DO TRABALHO SÔBRE O CAPITAL

V. I. LENIN

Reconhecendo que o regime econômico é a base sôbre o qual se levanta a superestrutura politica. Marx dirigiu, antes de tudo, sua atenção para o estudo destes regime econômico. A principal obra de Marx, "O Capital", setá consagrada ao estudo do regime econômico da sociedade moderna, isto é, a sociedade capitalista.

A economia politica clássica anterior a Marx se havia formado na Inglaterra, o mais adiantado país capitalista. Adam Smith e David Ricardo, investigando o regime econômico, lançaram a teoria do valor pelo trabalho. Marx prosseguiu sua obra. Fundamentou com tôda precisão e desenvolveu consequentemente esta teoria. E comprovou que o valor de tôda mercadoria se determina pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário invertido em sua produção.

Ali onde os economistas burgueses viam uma relação entre coisas (troca de umas mercadorias por outras) Marx descobriu uma relação entre pessoas. A troca de mercadorias expressa o laço estabelecido por meio do mercado entre os produtores isolados. O dinheiro indica que esta relação se faz mais estreita, unindo inseparavelmente em um todo a vida econômica dos produtores isolados. O capital indica que esta relação se desenvolve ainda mais: a fôrça do trabalho do homem se converte numa mercadoria. O operário assalariado vende sua fôrça de trabalho ao proprietário da terra, da fábrica, dos instrumentos de trabalho. O operário emprega uma parte da jornada de trabalho em cobrir o custo de seu sustento e de sua familia (salário); durante a outra parte da jornada, trabalha gratis, criando para o capitalista a mais-valia, fonte de lucros e fonte da riqueza da classe capitalista.

A teoria da mais-valia é o alicerce da teoria econômica de Marx.

O capital, criado pelo trabalho do operário, oprime o operário, arruinando o pequeno patrão e criando o exército dos desocupados. Na indústria, o triunfo da grande produção salta logo à vista, mas também na agricultura nos encontramos com este mesmo fenômeno: aumenta a superioridade da grande agricultura capitalista, cresce a aplicação de maquinária, a fazenda camponeza cai sob o jugo do capital monetário, decai e se arruina sob o pêso do atraso técnico. Na agricultura, a decadência da pequena produção reveste outras formas, mas esta decadência é um fator indiscutivel.

Esmagando a pequena produção, o capital conduz ao aumento da produtividade do trabalho e à criação de uma situação de monopólio para os consórcios dos grandes capitalistas. A produção mesmo vai se tornando cada vez mais social — centenas de milhares e milhões de operários são articulados em um organismo econômico de acordo com um plano — mas o produto do trabalho social cabe apenas a um punhado de capitalistas. Crescem a anarquia na produção, as crises, uma furiosa caçada aos mercados, a insegurança da existência para as massas da população.

Aumentando a relação de dependência dos operários ao capital, o regime capitalista cria a grande potência do trabalho associado.

Desde os primeiros germens da economia mercantil, desde a simples troca, Marx vai seguindo o desenvolvimento do capitalismo até suas formas mais altas, até a grande produção.

E a experiência de todos os paises capitalistas, tanto dos velhos como dos novos, revela, de maneira palpável, cada ano que passa, a um número cada vez maior de operários, a justeza da doutrina de Marx.

O capitalismo venceu no mundo inteiro, mas esta vitória não é mais do que o prelúdio do triunfo do trabalho sôbre o capital.

O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO PACÍFICO PARA O SOCIALISMO NA POLÔNIA

Por Wladislaw GOMULKA

(Vice-primeiro Ministro da Polônia e Secretário geral do Partido Operário Polonês)

Um acôrdo para unidade de ação e cooperação entre o Partido Social Polaco e o Partido Operário Polaco deve ser incluido entre os acontecimentos politicos de grande pêso e importância.

Bierut, dirigente do Partido Operário Polonês e presidente da República

Sôbre a posição atual das fôrças politicas da Polônia, a unidade de ação dos partidos operários e a frente unida da classe operária constituem uma condição básica para o firme estabelecimento de tôdas as conquistas sociais e politicas até agora alcançadas. Sôbre a base de unidade de ação de ambos os partidos operários, em estreita cooperação com outros partidos democráticos, o Partido Operário Polaco estabeleceu a concepção do caminho polaco de desenvolvimento para o socialismo. Esta concepção é significativa porque não inclui a possibilidade de uma mudança politica violenta, revolucionária, no desenvolvimento da Polônia, e elimina a necessidade da ditadura do proletariado como forma de govêrno para o periodo mais dificil da transição para o socialismo. Na base de uma análise realista, estabelecemos a possibilidade do desenvolvimento para o socialismo através do sistema da democracia popular, na qual o bloco dos partidos democráticos exerce o Poder governamental. Êste desenvolvimento pacifico e evolutivo seria dificil de conceber sem se pressupor uma cooperação estreita entre os dois partidos operários e uma aliança operário-camponesa.

NÃO MARCHAMOS PARA A DITADURA DO PROLETARIADO

Algumas pessoas repetem constantemente que o Partido Operário Polaco se orienta para a ditadura do proletariado e quer estabelecer o socialismo na Polônia seguindo o mesmo caminho da União Soviética. **Não é necessário acrescentar que os autores de tais afirmações** não as fazem só porque não entendem todo o marxismo, não só porque não sabem como tirar conclusões das diferenças entre épocas históricas e situações históricas concentras, mas porque, sobretudo, **querem falsificar os fatos históricos e tornar mais fácil o desencadeamento da luta contra o nosso Partido.**

DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS ENTRE OS CAMINHOS DA RÚSSIA E DA POLÔNIA PARA O SOCIALISMO — AS FÔRÇAS DEMOCRÁTICAS ENCONTRARAM DESTROÇADO O APARELHO DO ESTADO POLONÊS

Porque êste problema não tem sido ainda extensamente discutido em público pelo nosso Partido e devido à importância do fortalecimento da unidade de ação entre o nosso Partido e o Partido Social Polaco, considero conveniente esclarecer esta questão do ponto de vista do Partido que eu represento.

DIFERENÇAS ENTRE OS CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO DA POLONIA E DA RÚSSIA

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção sôbre três diferenças básicas, fácilmente perceptiveis a todos, que marcam os caminhos do desenvolvimento da União Soviética e da Polônia.

A primeira diferença consiste em que as mudanças sociais e politicas na Rússia foram efetuadas através de uma revolução violenta e em nosso país pela via pacifica.

A segunda é que a União Soviética teve que passar por um período de ditadura do proletariado, enquanto em nosso país não existe êsse período e póde ser evitado.

A terceira diferença que caracteriza a diversidade dos caminhos de desenvolvimento de ambos os países é que o govêrno, na União Soviética, está em mãos dos Conselhos de Delegados, ou *Soviets*, que detêm as funções legislativas e executiva, e constituem a forma socialista de govêrno, enquanto em nosso país as funções legislativa e executiva estão separadas e o govêrno se baseia numa democracia parlamentar.

Nada seria mais falso que pensar que estas diferenças se originam na vontade subjetiva das pessôas individuais na Polônia e na União Soviética ou que resultam de uma linha politica dos partidos em um e outro pais. A correlação das forças de classes existentes durante a Revolução Russa e durante o periodo da conquista do govêrno na Polônia foi o que determinou as diferenças entre os caminhos de desenvolvimento da Polônia e da Rússia.

Por que foi necessária na Rússia uma revolução violenta para derrubar o govêrno tsarista e efetuar mudanças politicas e sociais?

Duas causas tornaram necessária a revolução: 1.° — a opressão exercida pelo govêrno tsarista; 2.° — o poder do capitalismo mundial, ou, em outras palavras, a debilidade da democracia mundial.

Lenin dizia que o poder do govêrno tsarista repousava numa forte e bem organizada classe de latifundiários, numa ainda melhor organizada classe de capitalistas ligados ao capital estrangeiro e num forte aparelho estatal, num país de inveteradas tradições tsaristas. Êstes eram os três gigantes que não poderiam ter sido batidos de maneira pacifica. Era necessário derrotá-los através da Revolução.

Junto a êstes três elementos internos que davam ao govêrno tsarista sua capacidade de opressão, havia também um elemento externo, na forma do poder

(Conclui na 6.ª pág.)

o leitor escreve

VITÓRIA DE UMA JUSTA REIVINDICAÇÃO DE AUMENTO DE SALÁRIOS

COMO 700 OPERARIOS DE UMA FABRICA METALÚRGICA DE SÃO PAULO CONQUISTAM UM GRANDE TRIUNFO — A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO COMO BASE DA UNIDADE E FIRMESA DA MASSA

N. da R. — A carta cujos tópicos principais transcrevemos a seguir procede de São Paulo e está assinada por Valter Bueno. É um exemplo da consciência que têm hoje os operários de transmitir a seus companheiros de todo o país as experiências de sua luta por melhores condições de vida, luta que, entretanto, deve estar intimamente ligada à luta pela democracia, contra a ditadura, pelo respeito à Constituição e a imunidade dos representantes do povo no Parlamento, contra os quais se volta neste momento tôda a fúria de grupo fascista do govêrno.

S. PAULO — Companheiros de "A Classe Operária". Saudações. Sinto necessidade de acentuar que vencendo hoje uma velha debilidade, cumpro um dever para com a nossa querida A CLASSE OPERARIA, enviando-lhe a minha contribuição. Noto que cada vez mais a A CLASSE OPERARIA assume o seu papel de poderosa arma para a nossa luta pela democracia, contra o famigerado bando de lacaios de Truman, chefiado em nossa Pátria pelo general Dutra. E é precisamente nesta fase em que o povo exige um govêrno de confiança nacional, que cabe a todos nós, operários conscientes, formados ao lado do nosso grande guia que é Luiz Carlos Prestes, levar a A CLASSE OPERARIA, por todos os meios, a experiência que o povo precisa para a luta diária contra a ditadura, em todos os terrenos, até concretizar a sua grande aspiração que é a renúncia de Dutra.

O meu objetivo central é trazer a minha experiência de um trabalho de massas realizado num determinado local com características e condições próprias, dentro do princípio geral de aplicação de uma justa orientação política ligada aos anseios das massas.

NUMA FÁBRICA DE 700 OPERÁRIOS

Trabalho numa fábrica metalúrgica com 700 operários, dos quais 60 por cento vindos diretamente do campo e em processo de adaptação em diversos trabalhos. Tratando-se de uma fábrica de máquinas, há diversas categorias de operários: os especializados, tais como os torneiros, os fresadores, os ajustadores, os fundidores, etc., e os trabalhadores braçais, ocupados em serviços pesados da fundição, transporte de peças, ajudantes, etc.

SALÁRIOS

Havendo salários melhores para os operários especializados, prevalece o salário mínimo, de fome, para a grande maioria, incluindo os menores. Embora existindo salários maiores e menores, os 700 operários sentem, à medida que sobe o custo da vida, crescer as dificuldades financeiras, procurando cada qual isoladamente conseguir aumentos, ao mesmo tempo que se desdobravam no trabalho, nas tarefas e horas extraordinárias.

REGIME DE TRABALHO

O regime de trabalho dentro da fábrica corria no ritmo da produção do tempo de guerra e o nosso patriotismo se revelava na produção cada vez maior e no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho introduzidos nos diversos setores da produção, concorrendo para a maior rapidez do trabalho.

Enquanto por um lado davamos os nossos melhores esforços, por outro a firma abandonava o seu sistema de tratamento mais ou menos humano e introduzia um sistema de contrôle da produção dito norte-americano e executado por técnicos alemães nazistas, que ocupam posições de mando dentro da emprêsa.

O novo sistema oficializou o trabalho de empreitada (tarefa), estabelecendo sôbre o acelerado ritmo existente a porcentagem prêmio de 30 % sôbre o preço preestabelecido para a construção da peça, o que resulta em sensível diminuição do salário, pois graças a um grande esfôrço físico e o progressivo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, conseguia-se geralmente o lucro de 50 % em cada peça.

SURGE O DESCONTENTAMENTO

O descontentamento natural começou a surgir entre nós, pois ao lado do esgotamento físico pelo excesso de trabalho, víamos companheiros ficarem doentes e os pedidos individuais de aumento não eram atendidos.

Nas horas das refeições, nas palestras, antes o descontentamento que se generalizava, começamos a tratar da necessidade de fundação de um sindicato que pudesse, através da união de todos os trabalhadores da fábrica, constituir o meio mais eficaz para a conquista de um justo aumento geral de salários, bem como para a defesa legal dos nossos interêsses.

UNIÃO PARA A LUTA

Depois de algumas reuniões em casas de operários, fundamos a nossa Associação Profissional, que teve de início 70 associados. Começava a processar-se a unidade. Entretanto, o nosso trabalho de arregimentação esbarrava com a desilusão dos operários especializados nos sindicatos do Estado Novo, geralmente vendidos aos patrões, e a grande maioria dos nossos companheiros, vindos da agricultura, habituados a se curvarem ante o fazendeiro, por não ter aprendido a lutar por seus direitos, temiam a pressão da firma sôbre o nascente movimento sindical na fábrica.

PROMESSAS QUE NÃO SERIAM CUMPRIDAS

Paralelamente ao nosso trabalho de organização da massa, a firma, sentindo crescer o sentimento de unidade dos operários, lançou uma promessa de aumento geral de salários, e, intensificando sua política demagógica, prometeu a construção de casas para seus operários e a instituição de uma caixa que devia produzir milagres, garantindo tôda assistência social aos operários e suas famílias, médico, hospital, dentistas, roupas, diversões, etc. A imaginária caixinha da ilusão, como foi chamada, assemelhava-se muito ao que é hoje o SESI e tinha como objetivo único impedir a organização sindical.

Passado o primeiro mês, durante o qual foi exigida uma produção "record" em promessa do aumento de salários, as promessas não foram cumpridas e a justa indignação pela chantagem da firma foi geral, voltando-se as esperanças da grande maioria para os companheiros que lideravam o movimento reivindicatorio de aumento geral de salários.

NOVA FASE DO MOVIMENTO

Já era então evidente que o movimento entrava numa nova fase, pois as condições objetivas apresentavam-se de maneira concreta, a massa começava a sentir a necessidade de conquistar a reivindicação através de sua própria união, já não acreditava em promessas nem na caixinha da ilusão.

Chegara o momento de nós, politicamente mais conscientes, traçarmos, sem vacilações, as perspectivas da luta, convictos da fôrça da classe operária e dispostos a corresponder à confiança em nós depositada. Apresentava-se o problema da direção do movimento e sua organização.

Reunimos, no mesmo dia do pagamento, constatando a nova fase do movimento criada com a tapiação da firma. Constatamos, por outro lado, a debilidade do nosso movimento sindical, com apenas 10 % de sindicalizados

DEFINIÇÃO DO OBJETIVO IMEDIATO

Concluimos que o fundamental era definir com justeza o objetivo a ser atingido, isto é, concretizar a aspiração geral de aumento de salários numa tabela que atendesse às diversas categorias de salários existentes.

Em segundo lugar, apresentava-se a necessidade de arregimentar tôda a massa na Associação, como forma de organização ampla, o que a própria massa precisava sentir como indispensável para empreender a luta em condições de vencer. Tratava-se portanto de uma intensa e vigorosa campanha de sindicalização.

Em terceiro lugar, era necessário estabelecer a forma prática de organização da massa em função do trabalho a ser realizado, no próprio processo de desenvolvimento do movimento.

Nêste terreno, sentimos a necessidade de organizar em cada seção da fábrica uma comissão, que levaria à prática o trabalho de sindicalização, facilitando ao mesmo tempo a orientação do movimento, e uma Comissão Central coordenadora do trabalho e encarregada de discutir com o empregador a proposta de aumento.

Em quarto lugar, tratava-se de pôr em prática o plano através da Associação.

ASSEMBLÉIA GERAL

Lançada a palavra de ordem de sindicalização e de estudo de uma tabela de aumento, requeremos a convocação de uma assembléia geral extraordinária. Nessa semana que antecedeu à primeira assembléia sindical, elementos da massa expontâneamente se ofereciam para a campanha de novos associados, o justo caminho traçado por nós nas palestras de entrada e saída do serviço, ganhou raizes e cresceu no seio da massa. Pudemos assim realizar a assembléia com 200 novos sócios, eleger uma comissão encarregada de elaborar a tabela de aumento e eleger comissões com responsáveis pelas 8 seções da emprêsa, a fim de intensificar a sindicalização. A assembléia resolveu ainda reunir-se novamente uma semana depois, para aprovação definitiva da tabela, assim como convidar para acompanhar os trabalhos da mesma dirigentes sindicais da capital.

NOVAS PROMESSAS DO EMPREGADOR

O impulso do movimento levou o empregador, logo no dia seguinte, ao da assembléia, a convidar operários à sua presença e prometer novamente aumento, ficando então cientificado oficialmente de que teríamos a máxima boa vontade em discutir o assunto, para o que apresentaríamos uma proposta concreta, através de uma comissão em nome de todos.

AUMENTA O NÚMERO DE SÓCIOS

Na assembléia realizada para aprovação da tabela, após quinze dias de iniciado o movimento com um objetivo definido — o aumento geral de salários — o número de novos sócios da Associação subia a 580. As comissões funcionavam regularmente nas seções, reunindo-se diàriamente para contrôle do trabalho e para discutir todas as tentativas que surgiam para dividir a classe: eram propostas de aumentos feitas por chefes de seção a alguns apenas, às vêzes acompanhados de ameaças, o que era implacàvelmente desmascarado e contribuía assim para fortalecer a unidade.

NOVA DECISÕES DA ASSEMBLÉIA

A esta altura do movimento, a diretoria da Associação, que já vinha vacilando, recuou, alegando não ser reconhecida ainda pelo Ministério e, portanto, não podia juridicamente acompanhar a causa de seus associados. A assembléia, tomando conhecimento do impedimento da diretoria, resolveu contratar um advogado, resolvendo ainda o seguinte: 1.º — Criar um fundo de reserva para enfrentar possíveis necessidades financeiras; 2.º — Ampliar a Comissão de Salários para 8 membros, um de cada seção, isto para permitir, após uma reunião da comissão em qualquer parte, a transmissão simultânea da orientação para as oito seções da fábrica; 3.º — Fazer a entrega da proposta com 8 dias de prazo para entendimentos e decisão da firma; 4.º — Na impossibilidade de um acôrdo amigável, seria instaurado o dissídio coletivo.

A Comissão foi autorizada pela assembléia a comunicar ao empregador que só iríamos à greve em último recurso.

MOMENTO DECISIVO

A Comissão eleita pela massa tinha poderes de apresentação da proposta. A Comissão foi convidada para reunir ramos diferentes da firma, que, fazendo uma contra-proposta ridícula, pretendia forçar a Comissão a aceitá-la. Chegavamos a um desses momentos decisivos para todo movimento, quando a Comissão, principalmente seu líder, tem a grande responsabilidade, sendo necessário manter a qualquer custo a confiança da massa, bem como ter a flexibilidade necessária para alcançar o melhor acôrdo, pelo melhor caminho, sempre no sentido de fortalecer o moral da massa.

O ponto de vista da firma era inaceitável. Além de menosprezar a condição de miséria e todo o esfôrço dado por todos nós para o progresso da indústria.

A MASSA APOIA SEUS LIDERES

A Comissão, mantendo-se intransigente, sugeriu ao empregador que reunisse todos os operários no pátio da fábrica e fizesse a proposta com todos os seus argumentos, e talvez a massa aceitasse...

A Comissão, saindo dos escritórios, resolveu dar ciência aos companheiros de que ia haver uma reunião geral, dentro de 15 minutos para uma proposta do empregador que tinha sido rejeitada pela Comissão.

No pátio formava frente às escadas a massa, no tôpo da escada os dirigentes da massa, falando em defesa da reivindicação o líder do movimento, que respondeu ao mesmo tempo ao empregador e a seu advogado com serenidade e firmeza em face às ameaças da firma. Demonstrou-se a necessidade do aumento e a disposição para a solução direta e amigável do assunto, pedindo em seguida o pronunciamento de seus companheiros. A decisão foi unânime, rejeitando a proposta patronal, sendo que os mais necessitados, entre os trabalhadores braçais, com salário mínimo, se pronunciaram individualmente.

Moralmente, a batalha já estava ganha e a unidade da massa comprovada, graças ao que, dias após, chegava-se ao acôrdo, com a vitória da reivindicação — aumento geral dos salários.

(as.) **Valter Bueno**.

O Caminho Do Desenvolvimento...

(Conclusão da 5.ª pág.)

dos Estados capitalistas que apoiavam o govêrno tsarista em sua luta contra a revolução. Além disso, em 1917, o capital mundial era, ideológico e governamentalmente, muito mais forte do que no fim da Segunda Guerra Mundial, quando as forças democráticas passaram para a vanguarda.

Todos estes elementos que constituiam em 1917 a fôrça do govêrno tsarista russo e que só podiam ser quebrados por uma revolução violenta, se encontravam em posição diferente na Polônia de 1944. A classe operária e as massas trabalhadoras da Polônia não necessitam de métodos violentos para derrubar os latifundiários e grandes capitalistas, pois estas forças estavam débeis, politicamente comprometidas e isoladas. É por isso que foi possível removê-las por meios diferentes.

A fraqueza dos latifundiários e capitalistas polacos, no momento em que as forças democráticas tomavam o govêrno, se devia ao fato de que êles não tinham um aparelho de Estado capaz de lutar contra as forças democráticas. É verdade que em defesa daquelas classes surgiram vários grupos reacionários e fascistas, mas não tiveram a força suficiente para vencer as do campo democrático. A força principal e básica dos capitalistas, latifundiários e da reação polaca em geral — o exército do general Anders — estava fóra do país e era incapaz de fazer grande coisa em defesa de seus interêsses.

Daí a causa primária do derrocamento pacífico da reação na Polônia ter sido o destroçamento completo do aparelho do Estado polaco, resultante da catástrofe de setembro e do caráter totalmente ilusório do govêrno polonês exilado em Londres.

No momento da libertação da Polônia, o poder estatal sido plesmente jogado à rua. Foi recolhido pela democracia, que se revelou mais forte do que a reação.

Ao lado desta causa primária, houve outras. Uma parte muito grande da reação ficou comprometida, ante os olhos da Nação, em consequência da debacle polaca de setembro e da política anti-soviética do govêrno emigrado. Muitos reacionários fugiram da Polônia juntamente com os nazistas alemães ou, mais tarde, com o objetivo de organizar e preparar suas forças no exterior contra as forças da democracia dentro da Polônia. Tudo isto contribuiu para o enfraquecimento da reação e tornou possível uma transformação pacífica de nossas condições sociais e políticas.

Outro fator que facilitou nossa tomada do Poder foi a inércia do capital estrangeiro na Polônia. O capital alemão não podia, em absoluto atuar como uma força, pois, em consequência de sua derrota na guerra, esta possibilidade estava afastada e tôda a Nação se encontrava possuída de ódio contra os alemães. O capital estrangei-

A REAÇÃO ERA INIMIGA DA LUTA ARMADA CONTRA A ALEMANHA

Além disso, todos os elementos reacionários, sob a influência do desastre do hitlerismo e das vitórias do Exército Soviético, estavam aterrorizados e eram incapazes de se lançar a a onda da luta pela libertação nacional. A reação subordinou a luta contra as fôrças de ocupação a seus propósitos de conquistar o Poder no país. A di- uma luta efetiva contra as fôrças democráticas.

Finalmente, o campo democrático chegou ao Poder sôbre ro de outras origens havia caído em poder dos alemães, e isto também paralizava a sua ação e o impedia de desempenhar qualquer papel independente. reção do desenvolvimento da guerra, no entanto, não era favorável aos seus interêsses, a fim de que tomassem o Poder no momento da libertação do País, pois tudo indicava que a Polônia seria libertada pelo Exército Soviético. Por isso, a reação se opôs à luta armada contra a Alemanha. E enquanto a principal palavra de ordem da reação era manter-se de prontidão com armas, a palavra de ordem dos democratas era a luta armada contra as fôrças de ocupação. A passividade da reação na luta pela libertação nacional a comprometeu definitivamente aos olhos da Nação polonesa e ante a opinião de-

Ninguém teve maiores oportunidades, nem direito moral maior, para tomar as rédeas do govêrno, depois da expulsão dos alemães, que os que haviam dirigido tôdas as suas fôrças para a luta pela libertação nacional.

A REAÇÃO NECESSITA DE DERRAMAMENTO DE SANGUE

A reação bascava sua reivindicação do Poder nos dispositivos da Constituição "Sanacja" (a do reacionário Pilsudsky) e na assim chamada continuidade e legalidade dos governos da Polônia. Mas quando o desenrolar dos acontecimentos a convenceu de que uma luta concreta pela libertação do País era de maior pêso e importância na formação do estado de coisas da Polônia que um título de herança legal do Poder derivado da "Senacja"; quando o Comitê Polaco de Libertação Nacional (P. K. W. N.) foi constituido e tomou em suas mãos as rédeas do govêrno polaco para uma maior organização e melhor direção da luta pela libertação nacional, então a reação decidiu dar um passo, desesperado, louco e ao mesmo tempo criminoso, que envolvia a Nação num inútil derramamento de sangue. Apelou para a insurreição em Varsóvia, num momento em que se sabia antecipadamente que os alemães a afogariam num mar de sangue. Mas a reação tinha interêsse particular neste derramamento de sangue, para apagar assim sua anterior passividade na luta pela libertação nacional e para usá-lo mais tarde como pretexto para tomar as rédeas do govêrno. No entanto, era tarde demais. O govêrno já estava nas mãos das fôrças democráticas unidas.

Tôdas estas circunstâncias contribuiram para a criação de uma oportunidade histórica que tornou possível remover a reação do Poder por meios pacíficos e introduzir grandes reformas sociais pelas fôrças democráticas, sem derramamento de sangue, sem revolução ou guerra civil. As massas russas não tiveram tal oportunidade histórica no momento de chegarem ao Poder. Por isto é que a Revolução era inevitável para derrubar o govêrno tsarista. Mas em nosso país foi possível derrubar a reação por meios pacíficos.

Os EE. UU. Querem...

(Conclusão da 4.ª pág.)

de contingentação das importações, que consistia em utilizar os fundos insuficientes de divisas estrangeiras unicamente para comprar lotes restritos de determinadas mercadorias.

A escassez de moeda estrangeira impõe a aquisição de mercadorias em países que aceitem como pagamento, em lugar de divisas, outras mercadorias do país correspondente. Os tratados comerciais de longa vigência se vêem substituidos cada vez com maior frequência por tratados bi-laterais a curto prazo. Estes tratados são feitos entre dois países e estipulam a troca de determinadas quantidades de mercadorias durante o período de um ou dois anos, e às vezes até mesmo de seis meses. Na terminologia norte-americana, em lugar do antigo comércio entre várias partes, começou a figurar a expressão comércio bi-lateral, e o comércio mediante pagamento em divisas foi substituido pelo intercâmbio mercantil bi-lateral. Refere-se êsse principalmente ao período que se inicia ao terminar a Segunda Guerra Mundial.

IMPOSIÇÃO DE WALL STREET

Nessa situação, a atual política comercial exterior dos Estados Unidos visa objetivos bem definidos. Trata-se de voltar, na esfera do comércio exterior, à situação que existia no século 19. Os Estados Unidos exigem que suas mercadorias possam competir, em todos os países do mundo, em igualdade de condições com as mercadorias de qualquer outro país. Esta tendência se manifestou claramente em tôda a política do antigo secretário de Estado, Cordell Hull. Durante a guerra e depois dela, os Estados Unidos se aproveitaram da dependência econômica em que seus aliados se encontravam com relação à ajuda norte-americana, para impôr-lhes o reconhecimento dêste princípio em diversos documentos, e sobretudo nos acôrdos que concluiram depois da guerra com a Inglaterra, França e outros países.

Enquanto isto, a Inglaterra tentou defender seu sistema de tarifas preferenciais, introduzindo nesses tratados tôda sorte de ressalvas, de maneira que as formulações se revestem de caráter geral e indefinido. A França, como país mais débil, viu-se forçada, num tratado de empréstimo, a submeter-se a tôdas as exigências dos Estados Unidos e a prometer o abandono definitivo do sistema de contingentes, a reduzir consideravelmente os direitos aduaneiros e demais restrições comerciais e a renunciar à política da primazia à exportação. O govêrno dos Estados Unidos protesta tôdas as vezes que um país assina um acôrdo de comércio bi-lateral.

Levando em consideração êstes princípios da política norte-americana se compreende o papel que estava reservado à Conferência de Londres, que se realizou no outono de 1946, a recente Conferência de Genebra e a do comércio mundial das Nações Unidas, prevista para 1947. Assistimos a tentativas por parte dos Estados Unidos, de impôr a todos os países do mundo o princípio de Nação mais favorecida para as mercadorias norte-americanas.

OS ESTADOS UNIDOS PREVÊEM A CRISE

N. da R. — No próximo número d' A CLASSE OPERARIA publicaremos a continuação dêste importante artigo de Eugênio Varga e na qual se mostram as razões por que os Estados Unidos seguem essa política.

O Povo Brasileiro Exige...

(Conclusão da 1.ª pág.)

de lucros e, em caso afirmativo, se essas operações visaram obter recursos em moeda nacional ou que outros objetivos e qual o montante dessas operações.»

A jornalista B. Aragão, em artigo publicado sob o título «Em fim...», no suplemento econômico do «O Jornal», revelou uma parte do escândalo: firmas estrangeiras obtiveram permissão do govêrno brasileiro para transferir fundos em dólares, além das percentagens legais de lucro, sacando das nossas reservas em moeda norte-americana, que tanto suór nos custou acumular! Êsse «truque» foi utilizado particularmente por certas emprêsas interessadas em aumentar o estoque de dólares de países, que dêles necessitam em grande quantidade (possivelmente, a Inglaterra em primeiro lugar). Quais são as emprêsas conjuntamente envolvidas com o govêrno do general Dutra neste verdadeiro crime contra os interêsses nacionais?

E' sôbre isso que o povo brasileiro quer ser informado.

Os escândalos da ditadura, entretanto, não ficam aí somente.

Como se sabe, o atual governador do Estado do Rio, quando ministro da Viação, esteve nos Estados Unidos, onde, apesar de imensas dificuldades, pôde firmar um empréstimo com o Banco de Importação e Exportação, no montante de 385 milhões de dólares, especificamente para reequipar as nossas estradas, portos e estabelecimentos industriais. Mal regressou o sr. Macedo Soares, o empréstimo foi cancelado pelo govêrno brasileiro, embora tenhamos necessidade de fazer empréstimos, naturalmente em bases justas e comportáveis pela economia nacional. Fez-se naquela época, a alegação de que tínhamos suficientes divisas no exterior, não carecendo, pois, de empréstimos...

Ainda em maio dêste ano, o ministro Correia e Castro arrotava superioridade, esgrimindo com os «inesgotáveis» saldos. Poucos dias depois, a Superintendência do Crédito e da Moeda baixava a instrução número 25, determinando o contrôle rigoroso da importação, na base do sistema de prioridades. O Banco do Brasil passava a exercer o contrôle cambial, reservando-se a compra de 30% das cambiais. Provocou-se, como era natural, justo alarme: onde estariam os saldos? Por que vinha tão tardiamente o contrôle da importação? Por que foi cancelado o empréstimo negociado pelo sr. Edmundo de Macedo Soares?

Foi sôbre isso que a bancada comunista, através do deputado Pedro Pomar, pediu informações, em requerimento apresentado no dia 22 dêste mês.

O povo brasileiro exige a prestação de contas sôbre tão estúpida política financeira, que malbaratou centenas de milhões de dólares inutilmente e recusou empréstimos necessários ao progresso nacional.

Dia a dia, mais se confirma a inépcia da ditadura, que nos oprime. A compra de material no estrangeiro está entregue a uma inconstitucional «Comissão de Investimentos», da qual fazem parte dois homens diretamente ligados aos trustes ianques, o sr. Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, e o sr. Valentim Bouças, representante da Cia. Coca Cola.

O povo brasileiro não confia em tais tubarões. Exige a renúncia do ditador, a limpeza dos postos-chave de todos os tubarões, que o cercam, e a sua substituição por um autêntico e honesto govêrno de confiança nacional.

A CONSTITUIÇÃO DE PERNAMBUCO...

(Conclusão da 3.ª pág.)

políticos, não apenas em palavras, mas de fato. Assim está redigido o artigo 131 da Constituição pernambucana:

"O Estado assegura, no seu território e nos limites de sua competência, a efetividade dos direitos e garantias que a Constituição Federal reconhece a nacionais e estrangeiros residentes no país.

"Parágrafo único — Para o exercício pleno desses direitos e garantias, o Estado e os Municípios facilitarão aos partidos políticos, associações de classes, científicas, culturais, esportivas, recreativas e educacionais, o uso gratuito das casas de espetáculos, salões, parques, estádios e outros logradouros de propriedade estadual ou municipal."

Não devemos esquecer que esta magnífica conquista do povo pernambucano, através de sua Assembléia Constituinte, se verifica num dos momentos mais graves da vida do País, quando há quase três meses temos uma ditadura instalada no Catete, a Constituição federal desrespeitadas e rasgada pelo grupo fascista de Dutra-Alcio Souto, e quando vem a lume um novo projeto de "lei de segurança" que faria inveja a Hitler e Mussolini.

Mas, por que foram possíveis essas conquistas democráticas em Pernambuco?

Entre outras razões porque o povo pernambucano está lutando efetivamente contra a ditadura e pela renúncia do ditador, está vigilante na defesa das liberdades democráticas sobre-existentes e pelo restabelecimento do clima constitucional em todo o país. Honrando seus antepassados que lutaram pela República e contra a escravatura, os pernambucanos de hoje lutam consequentemente pela democracia e pelo progresso. A Constituição de Pernambuco é um fruto dessa luta e constitui exemplo edificante para todo o nosso povo.

A AMÉRICA LATINA...

(Conclusão da 8.ª pág.)

"A Doutrina de Monroe é a afirmação do direito que temos em defesa dos nossos interesses de intervir sôbre a ação de qualquer outro país neste hemisfério."

Não é de admirar, portanto, que amanhã Mr Hoover Junior e Mr. Curtiss, que se mostram tão zelosos pelo nosso petróleo, ou Mr. Snyder, Secretário do Tesouro do govêrno Truman, venham a receber prêmios pelo magnífico trabalho que realizam neste momento em nosso país, às vésperas de mais uma Conferência de Chanceleres, da qual os imperialistas ianques esperam colher o melhor proveito.

MR. SNYDER E DOIS...

(Conclusão da 1.ª pág.)

brasileiro, depois de reduzir à miséria milhões de lavradores do país. Quanto à reforma agrária, à distribuição de terras para os camponeses, isso são assunto que não entram nas cogitações do sr. Dutra.

Se se trata do petróleo, nesse caso os srs. Hoover Jr. e Curtiss são indispensáveis para elaborar a legislação sôbre o assunto e é preciso que Mr. Snyder nos visite para constatar, «in loco», a bôa vontade dos governantes do país em entregar-lhe os poços da Baía. O próprio embaixador Pawley, em entrevista aos jornais, reconhece, numa linguagem diplomática, que os Estados Unidos poderão vir a ter a necessidade de consumir o petróleo de outros países e, nesse caso, contam com a América do Sul e, principalmente, o Brasil entre os melhores amigos...

Mas não se trata apenas do petróleo: o aço também está nos planos, que Mr. Snyder veio encaminhar. O «Journal of Commerce», de Nova York, levanta uma ponta do véu, que encobre o assunto. Eis um trecho do telegrama, que a United Press divulgou:

«Os centros novaiorquinos informaram ao «Journal of Commerce» que as obras de Volta Redonda, com as quais o Brasil espera triplicar sua produção de aço são sumamente custosas, devendo chegar a um custo de uns duzentos milhões de dólares e que, nesse caso, SARIA MAIS BARATO COMPRAR AÇO NOS ESTADOS UNIDOS.»

Portanto, nada de Volta Redonda, nada de Fábrica de Motores. São iniciativas acima da capacidade dos administradores e técnicos brasileiros, insinuam os ianques. Sempre será mais barato e conveniente comprar aço e motores «made in U. S. A.», diz Mr. Snyder, enquanto Correia e Castro se curva domesticamente e o general Dutra ensaia um «impossível» sorriso...

Mas os patriotas brasileiros não podem concordar com Mr. Snyder e os seus servidores da ditadura. Queremos desenvolver a gricultura, fazendo a reforma agrária: dispensamos Mr. Rockfeller. Queremos explorar o nosso petróleo: a Standard Oil é perfeitamente dispensável. Precisamos desenvolver Volta Redonda e a Fábrica de Motores: dispensamos os conselhos de Mr. Snyder.

A Lei De Segurança Da Ditadura...

(Conclusão da 1.ª pág.)

tentáculos atingem a livre organização ou associação, liquidam praticamente com o direito de reunião, chegando à suprema originalidade de cominar penalidades não só para organizadores de comício, mas até para a massa participante!

Eis o sinistro artigo da lei, sem paralelo inclusive na própria legislação dos países fascistas:

« 32 — deixar de declarar à autoridade competente, com 48 horas de antecedência, a realização de reunião em lugar público, ou desobedecer à determinação da autoridade competente sôbre localização, ou sôbre dissolução da reunião, quando tornada tumultuosa ou perigosa à ordem pública.

Pena — detenção, de um mês a um ano, aos agentes principais e metade dessa pena aos demais participantes.»

A delação policial fica erigida em salvaguarda do grupo fascista do govêrno. Qualquer diretor de repartição ou chefe de emprêsa poderia facilmente livrar-se de um funcionário ou empregado mediante a denúncia gratuita de ser «comunista». E caso não o faça quando a polícia o exigir, ficará êle também sujeito a prisão ou multa.

Mas a lei chega ao cúmulo do arbítrio em tudo o que se refere aos trabalhadores. E' a classe operária que visa particularmente a lei. Todos os direitos do operariado são sistematicamente liquidados, desde o direito de greve até sua adesão a um clube de futebol. Não se fala mais nem mesmo em intervenção ministerialistas nos Sindicatos operários; êstes deixam de existir mesmo oficialmente, mediante uma simples «informação» de qualquer chefe de polícia (artigo 6.º). Qualquer tentativa para conquista de aumento de salário ou outra reivindicação do trabalhador, segundo a lei de exceção, passa a constituir crime dos mais graves. O artigo 11 do projeto, visando sempre estimular a delação, prevê penalidade até para os patrões que não denunciarem seus empregados «suspeitos». A estabilidade do empregado deixa de existir. A legislação trabalhista cai por terra.

Eis, em tôda a sua hediondez, o artigo 11 do projeto:

«Art. 11 — A prática de qualquer dos crimes previstos nesta lei constitui falta grave, por parte de empregados das empresas privadas, que exerçam atividades fundamentais à vida coletiva, e justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, com perda do tempo de serviço anterior, em caso de readimissão."

No entanto, onde o projeto de lei de exceção revela tôda a sua origem é quando, no item 24 do art. 2.º, considera crime punível com prisão de um a quatro anos a **tentativa de baixar os preços de gêneros de primeira necessidade**. Aí está esclarecida a mais cínica conivência do grupo fascista do govêrno com os senhores dos grandes negócios, dos lucros extraordinários e dos imperialistas. Do começo ao fim, o projeto de lei de exceção mostra que a Ditadura visa fundamentalmente amarrar de pés e mãos os trabalhadores e o povo, calar a voz de seus representantes no Parlamento, na Imprensa, na praça pública, para entregar as riquezas nacionais ao capital financeiro norte-americano. E não é por acaso que simultaneamente com a proposição dêste projeto de lei recebemos a visita nada auspiciosa de um emissário do imperialismo ianque, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Mr. Snyder, que vem concluir as negociações sôbre o nosso petróleo e o nosso ferro, iniciadas entre o grupo fascista do govêrno [illegible] srs. Hoover e Curtiss. Também não será mera coincidência a publicação do projeto ditatorial quando o «Journal of Commerce», de Nova York sugere que devemos liquidar com Volta Redonda, sob pretexto de ser a nossa produção de aço demasiado dispendiosa e que «nesse caso, **sairia mais barato comprar aço dos Estados Unidos**», segundo opinam os donos dos monopólios de aço daquele país.

Isso explica as «causas econômicas» do projeto da «lei Frankestein», digna, realmente, de homens como Dutra, Costa Neto, Alcio Souto, Conrobert, Pereira Lira, Morvan e Cirilo Junior.

Os Pontos...

(Conclusão da 3.ª pág.)

cassação de mandatos, sem o apôio, entretanto, das bancadas pessedistas, jogando aí um papel importante as bancadas do Partido Trabalhista.

Não tendo conseguido, até agora, um acôrdo formal com a UDN, é evidente a fraqueza política da ditadura, que além disso, é extremamente impopular dentre as próprias fôrças armadas, que possuem respeitáveis tradições democráticas, e que não se guiam, absolutamente, em matéria política, pelos discursos do general Alcio Souto ou pelas entrevistas do general Góes Monteiro (o mais velho).

A fôrça da ditadura está nos postos-chave governamentais, a começar pela presidência da República. Mas ainda esta fôrça se revelará impotente diante da frente única de todos os brasileiros que, apesar de divergências políticas ou ideológicas, têm o ponto de vista comum de que é preciso lutar pela restauração da legalidade democrática.

OS EE. UU. E A LUTA...

(Conclusão da 8.ª pág.)

Com êsse ideal é que nós, brasileiros, não podemos concordar. Não poderemos consentir que se esgotem os nossos poços sem que se beneficie o progresso nacional. A posição de todos os patriotas só pode ser uma: — lutar por que o petróleo brasileiro seja explorado pelos brasileiros para consumo em primeiro lugar, dos próprios brasileiros.

STALIN...

(Conclusão da 5.ª pág.)

tal". Em vista da "procura" de que era objeto "O Capital", o livreiro decidiu alugá-lo. O preço era elevadíssimo. Nosso círculo reuniu o dinheiro, literalmente em moedas de dez "kopeks". Era muito difícil sobrar do nosso orçamento semelhante importância. Estávamos indignados com a política educadora dêsse populista.

Tendo sido possível finalmente alugar o volume, ultrapassamos três dias o prazo de sua devolução. O livreiro exigiu o dinheiro suplementar pelo atraso. Pagamos. Mas, qual não seria a sua indignação e raiva ao verificar que "O Capital" lhe havia sido expropriado!

Abrimos na sua presença um segundo exemplar de "O Capital", um exemplar manuscrito. Em tão curto espaço de tempo havíamos copiado o primeiro volume de "O Capital" até a última linha". ("M. Glasser — "Como estudiaban Marx — Engels y sus discípulos" — Ed. América, Montevideo).

A Posicão Dos Comunistas...

(Conclusão da 3.ª pág.)

parte clerical, à revisão bilateral dos Tratados de Latrão. O único «sucesso» obtido pelos democratas cristãos e pela Santa Sé foi o de fazer ressaltar, diante de todo o país, a sua sectária vontade de discórdia em contraste com a vontade pacificadora e o responsável senso de democracia dos comunistas.

Estas últimas considerações nos permitem enfrentar melhor e liquidar rapidamente a questão da segunda crítica, aquela precisamente que sustenta haverem os comunistas traído, votando o artigo 7, os valores do laicismo [illegible] por meras razões eleitorais. As várias [illegible] radicalismo democrático, de fato, [illegible] conta que a sua interpretação das relações entre a Igreja e o Estado cessou, há muito tempo, de representar uma fórmula política resolutiva. A partir do momento em que os grupos dominantes da burguesia reputaram a concepção de Cavour — «livre Igreja num livre Estado» —, renunciando a submeter a Igreja ao direito comum, a aliança, com objetivos anti-populares, dos grupos hegemônicos eclesiásticos e alto-burgueses se foi restabelecendo, com prejuizo para a Religião e para a democracia. Não se pode, na realidade, excluir que, sôbre o terreno do artigo 7, se tentasse entretecer uma grande manobra para reconstruir o bloco dos grupos alto-burgueses com as fôrças clericais e assim, dividindo-se o povo italiano nos seus estratos mais profundos, os antigos interêsses egoísticos e anti-nacionais poderiam recuperar uma base e retomar em suas mãos o bastão de comando. Por isso mesmo, de fato, após muitos tenteamentos e discursos — que também podiam servir para levar os comunistas a uma posição anti-clerical — os velhos mestres do liberalismo (N. R. — que hoje representam a grande burguesia italiana), se declararam dispostos a aprovar os Tratados, contra a sua consciência.

E' evidente que, nestas condições, o laicismo da pequena burguesia democrática significa somente uma tentativa de divisão no seio das grandes massas populares e, pois, um reforçamento da aliança reacionária entre os velhos grupos dominantes e nunca uma defêsa real dos valores da grande tradição laica.

Ora, no fundo, aprovar os Tratados de Latrão junto aos democratas-cristãos, mas aprová-los no âmbito de uma constituição republicana e democrática, desejada também pelos democratas cristão, significa apenas duas coisas: aceitar os Tratados pelo que representam de religioso e, pois, pelo que, verdadeiramente, está no coração das grandes massas católicas; mas, simultaneamente, no próprio ato de aprovação, projetar a necessidade de fato da sua revisão, pelo que de lesivo contenham em relação aos valores da democracia e da soberania do Estado.

Esta, a substância da decisão comunista. A unidade das fôrças populares poderá, assim, convencer a Igreja de que é vantajoso para ela adaptar-se à nova realidade e rejeitar, finalmente, certas velhas pretensões de submissão do Estado, intrinsecamente incompatíveis com a democracia popular.

"A AMÉRICA LATINA È UM PRESUNTO QUE DEVE SER COMIDO POR NÓS"

A campanha de penetração imperialista norte-americana contra o nosso país e contra os demais povos da América Latina é encoberta por uma ininterrupta propaganda de "unidade" das Américas, de "pan-americanismo" e outros "slogans" que visam atrair as simpatias das massas para os Estados Unidos. E' inegável que todos os povos latino-americanos simpatisam com o grande povo norte-americano, e é nessa onda de simpatia que desejam ser envolvidos os imperialistas ianques e seus agentes.

Agora mesmo, quando o capital financeiro de Wall Street trata de aprofundar suas raízes no nosso sólo, é em nome da "defesa continental" que age, procurando assim ocultar seus verdadeiros objetivos imperialistas. E é aderindo a essa fórmula que falsos democratas e falsos patriotas justificam tôdas as medidas ditatoriais com que o grupo fascistas do govêrno Dutra abre caminho para maior penetração dos trustes e monopólios na nossa economia.

O caso do nosso petróleo é típico. Desde os srs. Juarez Távora e Juraci Magalhães até o sr. Assis Chateaubriand, todos vêem nuvens sombrias ameaçando o Continente, o perigo de uma Terceira Guerra Mundial, para chegarem à conclusão de que devemos forçosamente entregar as nossas jazidas petrolíferas à Standard Oil.

Não pensam êsses senhores sequer na possibilidade de que sejamos nós mesmos a vítima da ganância imperialista norte-americana. De nada lhes valem as lições da história nem os mais recentes fatos do após-guerra, desde as agressões armadas as mais brutais até a ajuda a governos reacionários e fascistas, visando sempre o mesmo fim — marcado fontes de matérias primas reservas humanas de carne para canhão.

A "DOUTRINA DE MONROE"

Aproximando-se a conferência do Rio de Janeiro, tantas vezes adiada pelo govêrno ianque, por não existirem ainda condições para que os Estados Unidos obtivessem as maiores vantagens, é oportuno relembrar alguns fatos históricos e atuais relacionados com o que se tem chamado de "Pan-Americanismo."

Històricamente, o "pan-americanismo" surgiu quando Monroe, então presidente dos Estados Unidos, lançou, em 1823, a sua célebre fórmula: "A América para os Americanos". Nessa época os Estados Unidos tratavam de assegurar não só as suas próprias fronteiras, mas também de repelir as constantes intromissões de potências europeas — Inglatera, Alemanha e Rússia tsarista — nos assuntos do Hemisfério Ocidental. A jóvem República do Norte se mostrava exultante com a liquidação pràticamente da maior parte do antigo império colonial da Espanha, do qual restavam poucas unidades dispersas, depois das campanhas libertárias de Bolivar e outros grandes líderes dos povos da América do Sul.

Desde a guerra da independência americana, a burguesia dos Estados Unidos se mostrava suficientemente revolucionária, estimulada militarmente pelas magníficas vitórias sôbre a antiga Metrópole, para não permitir a vizinhança de qualquer outra potência que pudesse vir a construir perigo para sua unidade, para sua incipiente industrialização, para seu futuro comércio exterior.

O domínio sôbre formidáveis riquezas naturais em seu próprio solo dava às classes dominantes norte-americanas uma sensação de superioridade sôbre tôdas as demais Nações do Continente e aspirações de rivalidade com as potências da Europa.

UM PRESUNTO À VISTA

Nos fins do século passado, os Estados Unidos eram já uma poderosa Nação, uma Nação imperialista, dotada de uma indústria rival das mais adiantadas da Europa em poder de um burguesia cuja voracidade não ficava atrás da de qualquer outro país. A exploração da América do Sul e o domínio do Pacífico eram o seu objetisecessão.

A fórmula "A América para os americanos", que servira de advertência, no começo do século, para as potências européas, evoluira: "A América para os americanos do Norte."

E com uma naturalidade bem ianque, assim, se expressava um diplomata americano durante um banquete ao general Grant, ex-presidente da República e vencedor da guerra de cessação:

"A América do Sul tem a fórma de um presunto, e êsse presunto nós é que o havemos de comer."

ONDE AS «COMPRAS» DE TERRITÓRIOS NÃO FORAM POSSÍVEIS, SOBREVEIO A AGRESSÃO BRUTAL — A «DOUTRINA DE MONROE», UMA MÁSCARA PARA OS IMPERIALISTAS — OS ESTADOS UNIDOS SURGEM COMO O MAIS AGRESSIVO DOS IMPERIALISMOS MODERNOS — O QUE TEM SIDO O «PAN-AMERICANISMO»

A guerra civil para abolição da escravatura impedira por alguns anos que os Estados Unidos se voltassem para o Exterior. Mas desde que findara o conflito não havia tempo a perder na "marcha para o Sul", e com aguçado apetite, como o demonstram as palavras do diplomata ao vitorioso general Grant.

A população do país mais do que triplicara apenas em 50 anos, passando de 23 milhões, em 1850, a 76 milhões em 1900. Enquanto isso, os meios de transporte se multiplicavam, passando de 16 mil quilômetros em 1850 a 311 mil quilômetros em 1900.

Existiam portanto as condições materiais indispensáveis a uma participação do capital financeiro ianque nos grandes negócios internacionais.

CONQUISTAS DE TERRITÓRIOS

Mas antes mesmo de atingir esas situação econômica privilegiada, os Estados Unidos já haviam levado a efeito uma guerra de conquista contra o México, apoderando-se do Texas do Novo México e da Califórnia. Os conquistadores ianques agiriam nessa contenda com uma ferocidade digna de bárbaros e que passou à história, criando no povo do México um ódio que ainda hoje perdura e que não se apagará com às palavras de Truman, pronunciadas recentemente, ao recordar os patriotas mexicanos sacrificados pelos imperialistas ianques.

Depois, foi a guerra com a Espanha, da qual arrebatou, no Atlântico, Porto Rico e Cuba, e no Pacífico as ilhas Havaí e Filipinas, em 1898, sem falar nas "compras" do Alaska, da Flórida, da Louisiana verdadeiras conquistas reconhecidas.

UM IMPERIALISMO DE NOVO TIPO

As agressões brutais, o uso da violência por parte dos norte-americanos, bem cedo varreram qualquer ilusão sôbre o "idealismo" dos adeptos da doutrina de Monroe. Os povos latino-americanos, que durante os anos decisivos de sua luta pela independência da dominação espanhola haviam olhado para os Estados Unidos como o irmão poderoso em quem poderiam confiar, e de cujo auxílio realmente se favoreceram, não tardariam em conhecer a outra face da medalha. Com a libertação das garras dos opressôres castelhanos não deveria cessar a luta pla soberania nacional. Para os fins do século 19, um imperialismo de novo tipo, mais agressivo, mais explorador, deveria suceder aos atrazados colonizadores europêus neste continente.

E os povos latino-americano que mais sangue derramaram na luta pela independência seriam os que maior ódio votariam aos imperialistas ianques, desde o México até a Argentina, uma vez que os verdadeiros objetivos dos americanos se patentearam como sucessores dos espanhoes.

OS POVOS SE APERCEBEM DO PERIGO IANQUE

Não foi por acaso que surgiu em tôda a América Latina e se popularizou a expressão "o perigo ianque". A guerra contra o México, com a conquista de Texas, e, depois da vitória ianque, do Novo México e da Califórnia, a dominação violenta em Porto Rico e em Cuba, nas ilhas Havai e nas Filipinas, as intervenções cada vez mais descaradas nos assuntos internos desta ou daquela República latino-americano, puseram em guarda os povos deste Continente.

No meiado do século pasado, fundava-se em Santiago do Chile uma sociedade para "defender a raça espanhola na América da Confederação norte-americana". No México e no Perú tomavam-se iniciativas semelhantes, geralmente, visando a unidade dos povos da América Latina para a resistência ao expansionismo ianque.

O sr. J. F. Normano, em seu livro "A luta pela América do Sul"', caracteriza êsse movimentos como "líricos", iniciativas de "sonhadores", mas a verdade é que êsses "sonhadores" enxergavam um fato, uma realidade: a extensão cada vez maior dos tentáculos do imperialismo norte-americano sôbre todo o Continente, liquidando na prática com a independência política e com a autonomia econômica dos povos latino-americanos. Simon Bolivar ainda chegou a compreender essa realidade, quando no Congresso do Panamá, em 1826, apenas três anos depois de proclamada a Doutrina de Monroe, propôs, como último capítulo de sua grande luta pela libertação dos povos latino-americanos, que fôsse feita a independência de Cuba. Ainda não eram os Estados Unidos os dominadores de Cuba, mas foram os Estados Unidos que se opuseram tenazmente a isto, "porque — esclarece Calderon — sabiam que a independência significava também a libertação das raças sujeitas, e êles (os capitalistas americanos) necessitavam de escravos para o orgulhoso e opulento estado feudal da Virginia."

No começo deste século, com mão de mestre, o imperialismo norte-americano realizaria uma de suas mais clássicas intervenções na América Latina, seccionando da Colômbia o Estado do Panamá, que se proclamava em República "independente" e apenas algumas horas depois era reconhecida como tal pelos Estados Unidos.

A êsse tempo, os imperialistas ianques já projetavam cortar o istmo do Panamá com um canal que abreviaria o caminho do Atlântico para sua frota de guerra e, consequentemente, consolidaria a supremacia naval dos Estados Unidos neste mar, aumentando ao mesmo tempo sua influência econômica sôbre os povos da América Latina.

Era, não há dúvida, um grande fruto da "Doutrina de Monroe."

Com orgulho, poderia então declarar um antigo Secretário de Estado Norte-americano, detentor do "Prêmio Nobel da Paz", Elihu Root:

(Conclui na 7.ª pág.)

Os Estados Unidos e a luta pelo petróleo

Estes mapas e as respectivas legendas, que aqui reproduzimos, são originários da conhecida revista norte-americana "Fortune", que costuma refletir os interêsses de poderosos setôres da Wall Street. Vemos aí como os próprios ianques não escondem a sua maneira de encarar o problema do petróleo, reduzindo a zero tôda a argumentação, aparentemente ingênua, do general Juarez Távora.

Os três mapas mostram a evolução da situação dos EE. UU. Em 1920, os EE.UU. produziam bastante petróleo para o seu consumo e ainda para exportar para a Europa, Asia, Canadá e América Central, conforme indicam as setas.

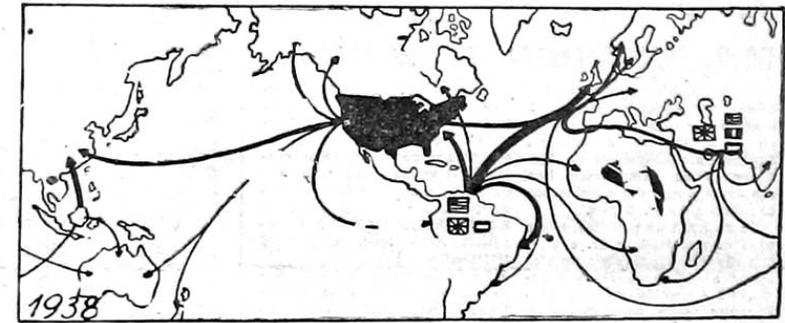
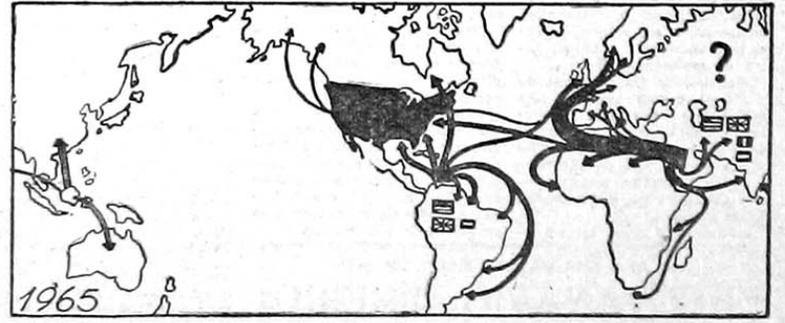
Em 1938, ainda conforme indicam as setas, campo da exportação do petróleo norte-americano é mais vasto ainda, alcançando a Austrália. Mas, em 1938, já o petróleo da Venezuela joga um importante papel: abastece a Africa e a América do Sul, inclusive o Brasil, e, através dos Estados Unidos, flui para a Europa.

O petróleo do Oriente Médio, em bôa parte já em mãos dos próprios ianques, também abastece vasto campo, fluindo para a Africa do Sul, India e Europa. O mapa referente a 1965, representa o ideal que os ianques desejam atingir. O consumo norte-americano será, então, de acôrdo com as previsões, muito maior. Mas, não às custas das reservas dos próprios ianques: estas deverão ser conservadas... Os EE.UU. passarão a consumir petróleo sul-americanos em grande escala e até mesmo, como se vê por uma das setas, petróleo do Oriente Médio, que será, então, também o quase exclusivo abastecedor da Europa e Asia.

Aí está todo o segrêdo da política ianque do petróleo, revelado pela revista "Fortune": apossar-se do contrôle de tôdas as fontes mundiais de petróleo, conservar ao máximo as próprias reservas dos campos norte-americanos e consumir o petróleo estrangeiro.

O general Juarez Távora afirmou que os ianques não possuem segundas intenções com relação ao petróleo brasileiro, uma vez que a produção dos próprios EE.UU. lhes é suficiente. O que preocupa os ianques é sòmente a "defesa do hemisfério", a "posição estratégica do Brasil", etc. Mas o desmentido ao general Távora, ao sr. Juraci, ao sr. Odilon Braga e a muitos outros é dado pelos próprios ianques, que apresentam, como sendo o seu ideal, conservar intacta a própria riqueza e consumir a riqueza alheia.

(Conclui na 7.ª pág.)

1920 — Os três mapas nesta página mostram a evolução dos Estados Unidos de um grande produtor de petróleo, suficiente para si mesmo, a uma potência mundial de petróleo. Acima, a posição dos EE. UU. após a primeira guerra mundial, com a produção de 1.250.000 barris por dia. O México estava na sua plena glória. No exterior, os capitais norte-americanos começam o desenvolvimento da Venezuela e de outros países da América do Sul. No Oriente Médio, a bandeira americana apenas aparecia.

1938 — Em 1938, pouco antes da segunda guerra mundial, a produção norte-americana foi aumentada para 3.350.000 barris por dia, os grandes campos do Texas Oriental começaram a ser explorados. O petróleo sul-americano flui em quantidade para a Europa. Flui também para os Estados Unidos, mas uma grande parte dêste petróleo sul-americano é re-exportado para a Europa depois de refinado. No Oriente Médio, a Grã-Bretanha desenvolve o Irã e os petroleiros americanos põem um pé no Iraque e começam a ser os pioneiros da Arábia.

1965 — O mapa acima representa um vôo especulativo no futuro. A produção norte-americana, cêrca de cinco milhões de barris em 1946, será bastante maior. Mas o aumento do consumo nos EE. UU. fará dos EE. UU. um grande importador de petróleo, dirigindo-se pesadamente sôbre a América do Sul. O petróleo do Oriente Médio suprirá a maior parte das necessidades européias, assim conservando indiretamente as reservas do Hemisfério Ocidental.